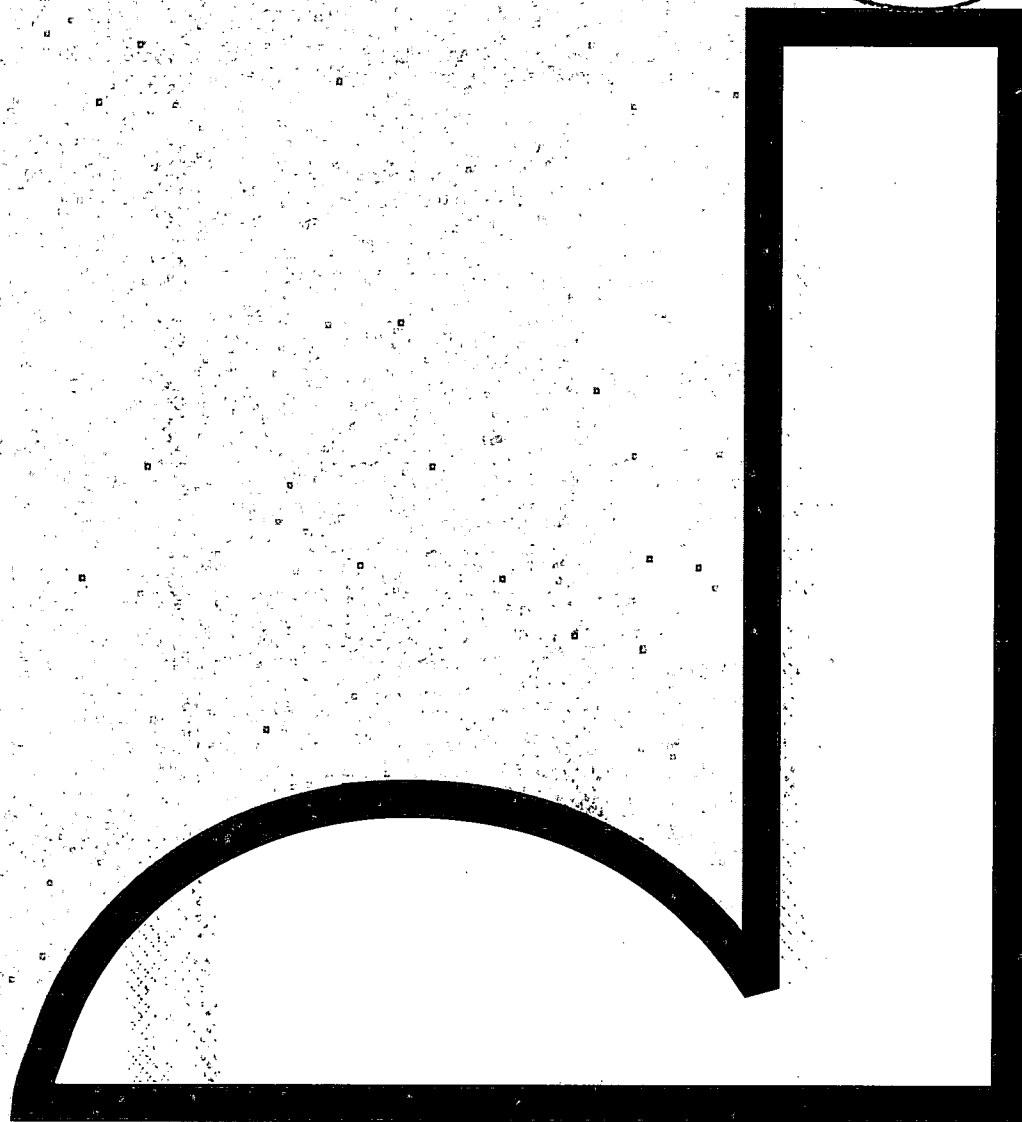


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise – Bloco – MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella – PPB – PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>2ª Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3ª Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>4ª Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>José Ignácio Ferreira – PSDB – ES</i> <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Alvares – PFL – ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda – PSDB – DF</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Pêres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p>

Atualizada em 4-11-98

- (1) Reeleitos em 2-4-97
(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE JANEIRO DE 1999	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Pareceres	
Nº 30, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1999 (nº 757, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, a 29 de abril de 1998.	01433
Nº 31, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1999 (nº 758, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.	01434
1.2.2 – Discursos do Expediente	
SENADOR EDUARDO SUPLYCY – Manifestação de pesar pelo falecimento do ex-Senador João Calmon. Comentários sobre as repercussões da crise econômica no Governo.	01435
SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Solidariedade às manifestações de pesar pelo falecimento do ex-Senador João Calmon.	01436
SENADOR EDISON LOBÃO, como Líder – Repúdio à pregação do caos econômico pelos partidos de oposição.	01438
SENADOR GERALDO MELO – Conclamação pela união dos partidos políticos como saída para a crise econômica brasileira. Preocupação com a situação do endividamento dos Estados brasileiros.	01439
SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Considerações sobre o agravamento da crise econômica no País.	01443
SENADOR PAULO GUERRA – Reflexão sobre os desafios da Educação diante da crise econômica brasileira.	01444
1.2.3 – Ofícios	
Nºs 41, 43, 45 e 47, de 12 do corrente, do Líder do PFL, na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.717-4, 1.719-3, 1.727-2 e 1.718-3, de 1999, respectivamente.	01445
Nºs 28 e 30, de 13 do corrente, do Líder do PMDB, na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.797 e 1.796, de 1999, respectivamente.	01446
1.3 – ORDEM DO DIA	
Item 1:	
Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória. Votação adiada , para o dia 21-1-99, nos termos do Requerimento nº 12, de 1999, após usarem da palavra os Srs. Lucídio Portella, José Eduardo Dutra, Edison Lobão e Sebastião Rocha.	01446
Item 2:	
Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1998 (nº 620/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996. À Comissão Diretora para redação final. Aprovado , após usarem da palavra os Srs. Artur da Távola, Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner. À Comissão Diretora para redação final.	01450
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1998 (Parecer nº 29, de 1999). Aprovada . À promulgação.	01454
Item 3:	
(Inclusão na pauta de ofício)	
Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 250, de 1998 (nº 1.385/98, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Geraldo Affonso Muzzi, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam. Aprovado . (Votação nominal e secreta).	01455
1.3.1 – Requerimento	
Nº 13, de 1999, de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, que dispõe so-	

bre o ensino no Exército Brasileiro, e dá outras providências. **Aprovado**.....

01455

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Apelo para celeridade na apuração do assassinato da Deputada Federal Ceci Cunha e sua família.

01455

SR. PRESIDENTE – Associando-se ao pronunciamento do Senador Teotônio Vilela Filho.....

01455

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Solidariedade ao Senador Teotônio Vilela Filho e ao Estado de Alagoas. Denúncia de boicote pela base governista à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a discutir requerimento convocando os governadores a debaterem a situação econômica dos Estados.....

01456

SENADOR DJALMA FALCÃO – Homenagens à memória da Deputada Federal Ceci Cunha, assassinada em Maceió, dia 16 de dezembro de 1998.....

01457

SENADOR EDISON LOBÃO – Justificativas à ausência do PFL em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em virtude da realização de sessão deliberativa do Senado Federal....

01458

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Exortação à aprovação no Senado Federal, do Projeto de Lei do Senado nº 215, de 1997, de autoria de S. Ex^a, que acrescenta parágrafo ao art. 463 do Decreto-Lei nº 462, de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

01461

SENADOR ERNANDES AMORIM – Estabelecimento de política para os setores da pecuária e agricultura visando aumento da produção e desenvolvimento econômico.

01462

SENADOR ODACIR SOARES – Relevância para o Brasil do novo Parque Gráfico dos jornais **O Globo** e **Extra**, no Rio de Janeiro, inaugurado ontem.....

01465

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

01466

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 13-1-99.

3- ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 68, de 1999, referente ao servidor Dermalva de Melo R. Filho.

01467

Nº 69, de 1999, referente ao servidor Pedro dos Anjos Amaral Soares.

01468

Nº 70, de 1999, referente ao Paulo Henrique Ferreira Nunes.....

01469

Nº 71, de 1999, referente à servidora Silvia Maria Bonamigo Piccoli.

01470

Nº 72, de 1999, referente à servidora Hana-ko Izuka.....

01471

Nº 73, de 1999, referente ao servidor Geraldo Gomes de Faria.

01472

Nº 74, de 1999, referente ao servidor Francisco Carlos Enes Patrão.

01473

Nº 75, de 1999, referente ao servidor Sylvio Petrus Júnior.....

01474

Nº 76, de 1999, referente ao servidor Domingos de Souza Santos.....

01475

Nº 77, de 1999.

01475

Nº 78, de 1999.

01476

Nº 79, de 1999, referente à servidora Vera Lúcia Batista Silva.

01477

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR.

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 8ª Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de janeiro de 1999

7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães
Geraldo Melo, Carlos Patrocínio e Levy Dias.*

**ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:**

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Djalma Falcão – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Jonice Tristão – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Saad – Júlio Campos – Júnia Marise – Juvêncio Dias – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Leonel Paiva – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luzia Toledo – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabór Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Paulo Guerra – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Freire – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sandra Guidi – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 80 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 30, DE 1999

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1999 (nº 757, de 1999, na Câmara dos Deputados) que "aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, a 29 de abril de 1998".

Relatora: Senadora Emilia Fernandes

I – Relatório

Atendendo a dispositivo constitucional, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o acordo bilateral em epígrafe, devidamente acompanhado de exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, onde se lê que tratados dessa natureza são cada vez mais freqüentes entre os Estados e decorrem de razões de ordem humanitária, fundadas na evolução do direito Penal contemporâneo.

Trata-se, na verdade, de um texto de 10 (dez) artigos que dispõem sobre o cumprimento das penas de detenção impostas no Brasil a chilenos e, no Chile, a brasileiros.

Alguns requisitos condicionam a aplicação do tratado analisado: 1) o delito pelo qual a pena é imposta deve constituir delito no Estado recebedor; 2) o condenado deve ser nacional do Estado recebedor; 3) devem restar, pelo menos, seis meses de pena a cumprir no momento da solicitação da transferência; 4) a sentença deve ser definitiva e transitada em julgado; 5) o condenado deve consentir na transferência, uma vez informado de suas consequências legais.

Os ministros da Justiça dos dois países são as autoridades centrais responsáveis pela aplicação do

acordo que, em seu art. 5º, determina os parâmetros de suas ações no tocante à mencionada transferência, enfatizando a necessidade do exame de todos os fatores que possam contribuir para a reabilitação do condenado. Em particular, cada Parte deverá tomar as medidas legais pertinentes para que as sentenças pronunciadas pelos tribunais da outra produzam efeitos jurídicos dentro de seu território. O Estado receptor será responsável por todas as despesas relacionadas com um condenado, a partir do momento em que este passe à sua custódia.

O documento bilateral determina, ainda, que, na execução da pena de um condenado transferido, deverão ser observados a legislação e os procedimentos do Estado receptor e que o Estado remetente poderá conceder indulto, anistia ou comutação da pena, conforme sua Constituição ou outras disposições legais aplicáveis. A pena imposta pelo Estado remetente não poderá ser aumentada, prolongada ou diminuída pelo Estado receptor, mas este último pode solicitar àquele a concessão do indulto ou comutação, mediante petição fundamentada.

Algumas outras disposições do acordo com o Chile merecem destaque, a saber: o condenado transferido não será privado de nenhum direito em virtude da legislação do Estado receptor, que não poderá detê-lo, julgá-lo ou sentenciá-lo pelo mesmo delito que houver dado origem à pena. Somente o Estado remetente terá competência para julgar um recurso de revisão e o Estado receptor deverá comprometer-se a executar quaisquer modificações introduzidas na pena.

Sob o ponto de vista formal, deve ser realçado que o tratado sob nosso exame entrará em vigor 30 (trinta) dias após a troca dos instrumentos de ratificação, em Santiago, e permanecerá em vigor durante 3 (três) anos, podendo ser considerado tacitamente prorrogados por períodos sucessivos de três anos.

Em caso de denúncia, suas disposições permanecerão em vigor em relação aos condenados que, ao amparo das mesmas, houverem sido transferidos, até o término das respectivas penas.

Com as características que enumeramos, o presente tratado foi aprovado em todas as comissões da Câmara dos Deputados que o analisaram e, no Senado Federal, sua tramitação foi agilizada por um requerimento de urgência, de autoria do ilustre Senador Eduardo Suplicy.

É o Relatório.

II – Voto

A análise das cláusulas do acordo brasileiro-chileno de transferência de presos condenados evi-

dencia que elas são semelhantes a outras constantes de acordo de iguais objetivos celebrados pelo Brasil com outras nações. Protegem, sem dúvida, os direitos elementares do encarcerado, ao lhe ensejarem uma vida reclusa, em solo pátrio e na proximidade de familiares, mas não ofendem a soberania de seus signatários. Como relembra a exposição de motivos de nosso Chanceler, suas cláusulas de salvaguarda conferem aos Estados o direito de permitir, ou não, a transferência de presos e exigem o cumprimento integral da pena imposta.

A aplicação do acordo bilateral pode produzir consequências louváveis, tais como: evitar a impunidade, viabilizar o mandamento constitucional de assistência familiar ao preso e trabalhar pela sua reabilitação, fim supremo do Direito Penal centrado no homem.

Nosso voto é, portanto, favorável à aprovação da presente matéria, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1999, em anexo.

Sala da Comissão, 13 de janeiro de 1999.

Romeu Tuma, Presidente – Emilia Fernandes, Relatora – Abdias Nascimento – Artur da Távola – Mauro Miranda – Eduardo Suplicy – João Rocha – Pedro Simon – Marluce Pinto – Lúdio Coelho – Geraldo Athoff – José Alves.

PARECER Nº 31, DE 1999

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de decreto Legislativo nº 3, de 1999 (nº 758, de 1998, na Câmara dos Deputados), que "aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina."

Relatora: Senadora **Emília Fernandes**

I – Relatório

Nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, mediante a Mensagem nº 1.502, de 1º de dezembro de 1998, devidamente acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1999 (nº 758, de 1998, na Câmara dos deputados), que "aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina."

Da Exposição de Motivos nº 438, do Senhor Ministro das Relações Exteriores, que acompanha o

texto do Tratado em epígrafe cabe destacar o seguinte:

"Razões de ordem humanitária têm sido o fundamento do direito penal contemporâneo no sentido de patrocinar a conclusão de acordos desta natureza cuja frequência tem sido crescente. Com efeito, a transferência do prisioneiro, além da proximidade da família, que constitui apreciável suporte psicológico e emocional, facilita a sua reabilitação social após o cumprimento da pena, um dos primordiais objetivos dos sistemas penitenciários. A propósito, vale mencionar que a Constituição Federal, no art. 5], inciso LXIII, assegura ao preso a assistência da família.

O acordo tem cláusulas de salvaguarda que conferem aos estados o direito de permitir ou não a transferência de presos, bem como de exigirem a exeqüibilidade de cumprimento, no Estado receptor, da pena imposta no Estado remetente. Não haverá impunidade do condenado em nenhum caso. Além disso apenas o Estado remetente — aquele que condenou o preso — tem a faculdade de examinar eventuais pedidos de indulto, comutação ou revisão da pena. As situações são consideradas individualmente e a transferência não é automática, só sendo efetuada se o Estado a aprovarem. Está assim resguardado o direito soberano do Estado de aprovar ou não a transferência."

Cumpra aduzir ainda que, nos termos da Exposição de Motivos supracitada, consta que o Brasil já firmou acordos semelhantes com a Espanha, o Canadá, o Chile e o Reino Unido.

Trata-se a toda evidência, de tratado conveniente e oportuno aos interesses nacionais, devido ao seu conteúdo plenamente compatível com o direito penal humanitário, sendo a prática contemplada no mesmo bastante comum em países que possuem sistemas jurídicos modernos. Ao salvaguardar para o Estado a possibilidade de conceder a liberdade caso a caso, nos termos do seu art. 7º o Tratado ora examinado mantém incólume o poder discricionário e soberano do Estado na concessão da transferência do preso.

Salientando, por derradeiro, que a reinserção social das pessoas condenadas constitui-se no elemento fundamental do direito penal contemporâneo, contrariamente aos velhos princípios justificadores da pena, que enfatizavam o caráter expiatório e aflitivo conformantes da punição, o presente Tratado fi-

lia-se, uma vez mais, às modernas concepções das ciências penais.

II – Voto

Por ser oportuno e conveniente aos interesses nacionais, e por atender aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1999 (nº 758, de 1998, na Câmara dos Deputados), que "aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina."

Sala da Comissão, 13 de janeiro de 1999. —
Romeu Tuma, Presidente — **Emília Fernandes**, Relatora — **Abdias Nascimento** — **Artur da Távola** — **Mauro Miranda** — **Eduardo Suplicy** — **João Rocha** — **Pedro Simon** — **Marluce Pinto** — **Lúdio Coelho** — **Geraldo Athoff** — **José Alves**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Há oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) — Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT — SP. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de juntar a minha voz, como Líder do PT e do Bloco da Oposição, à dos Senadores que, na segunda-feira, expressaram sentimentos de pesar — e ontem o Senador Ney Suassuna, tendo estado ausente da sessão de segunda-feira — pelo falecimento do ex-Senador João Calmon, de quem me tornei amigo e seu admirador pela sua extraordinária batalha para que o Brasil pudesse dedicar à educação os recursos necessários a fim de que todo e qualquer brasileiro pudesse ter o direito ao ensino público e gratuito, seja a nível de Municípios, dos Estados e da União.

Todos nós aqui lembramos o seu espírito de luta, a sua tenacidade.

O Senador João Calmon, no período que aqui com S. Ex^a convivi, foi um grande batalhador contra a sonegação de impostos. Numa das CPIs, realizadas pelo Senado Federal, que tratava da questão da sonegação de impostos, S. Ex^a foi um grande batalhador para que houvesse extremo rigor nessa questão. Inclusive aqui colocou estimativas, ou seja, para cada real que se deveria pagar na economia, quase

que havia um real de imposto que não era pago. S. Ex^a também estava continuamente a exigir do Congresso Nacional e do Executivo medidas na direção de se evitar isso.

Ao povo do Espírito Santo, à sua família, a todos os seus amigos, gostaríamos de nos juntar às vozes que expressaram sentimento de pesar a um Senador que muito honrou o povo brasileiro, o seu mandato e esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Embora V. Ex^a possa continuar na tribuna como o próximo orador inscrito, desejo expressar a minha solidariedade à manifestação que V. Ex^a acaba de fazer, já que não tive oportunidade de fazê-lo por ocasião das manifestações de pesar de outros eminentes Senadores com respeito ao desaparecimento do ex-Senador João Calmon.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a imprensa, na manhã de hoje, noticiou a saída do Presidente do Banco Central, Gustavo Franco e, ao mesmo tempo, uma modificação na política cambial brasileira. Anuncia o Banco Central que haverá, agora, uma nova faixa, com um patamar inferior de R\$1,20 e um superior de R\$1,32, portanto, numa faixa de flutuação do real em relação ao dólar da ordem de 5% ao invés de 0,6%, como anteriormente.

Está-se anunciando para Presidente do Banco Central o economista, que já é Diretor do Banco Central, o Sr. Francisco Lopes.

Sr. Presidente, esse fato se dá logo após a saída, ontem, de mais de US\$1 bilhão das reservas brasileiras em direção ao exterior, causando um ambiente de sobressalto na Bolsa de Valores de São Paulo e na do Rio de Janeiro, e com repercussões internacionais.

Alguns insistem que a responsabilidade por essa evasão tão abrupta de recursos da economia brasileira seria uma decorrência da decisão do Governador Itamar Franco ao anunciar, há uma semana, a suspensão do pagamento do serviço da dívida, por noventa dias, de um compromisso com a União, para que pudesse chegar a um novo entendimento com o Governo Federal.

Sr. Presidente, queremos aqui ressaltar que o Governo brasileiro havia formado para si próprio uma verdadeira armadilha, da qual estava cada vez mais difícil sair. E esta armadilha decorria, sobretudo, da decisão das autoridades monetárias de man-

terem o Real sobrevalorizado em relação às moedas fortes, como o dólar, e por um período bastante longo, fazendo com que as importações crescessem mais depressa do que as exportações, fazendo com que os gastos com serviços, os mais diversos, também crescessem num ritmo muito maior do que as receitas com serviços. E, em decorrência disso, assistíssemos à deterioração do déficit na balança corrente e, em função disto, para tentar equilibrar a balança de pagamentos, o Governo brasileiro vinha aumentando as taxas de juros a níveis excepcionalmente altos, procurando, com isto, atrair capitais de curtíssimo prazo, capitais de natureza especulativa. Por algum tempo, isto pareceu dar certo, sobretudo com vista de se conseguir a continuidade da estabilidade de preços, a ponto de, com tal exagero, em 1998, viéssemos assistir, pela primeira vez, um fenômeno que os economistas não consideram saudável, qual seja, o da deflação e, tão menos saudável quando a deflação, ou seja, a diminuição do índice geral de preços é acompanhada pela recessão, pela diminuição da atividade econômica e no conseqüente aumento do desemprego. Ora, economistas dos mais diversos espectros como o Sr. Antonio Delfim Neto e Maria da Conceição Tavares, para citar dois exemplos no Congresso Nacional, vinham alertando as autoridades que aquele caminho era incorreto e precisava ser corrigido. Entretanto, a voz de Gustavo Franco era sempre no sentido de não se mexer na política cambial. A consequência de taxas de juros tão elevadas, além de contribuir para diminuir a atividade econômica e para a remuneração tão mais extraordinária dos que aplicam recursos no mercado financeiro, das instituições financeiras que são normalmente os credores líquidos, os que se beneficiam de taxa de juros tão elevadas, levou os diversos governos estaduais a uma situação de crescente dificuldade em relação às suas obrigações financeiras.

E não é a toa que, não apenas no domingo, dia 10, o Governador Mário Covas expressou a sua discordância no que diz respeito à política de taxas de juros tão elevadas. Mas, ontem mesmo, em São Luís do Maranhão, ainda que ali estando para expressar apoio ao Governo Federal, os governadores também expressaram a sua discordância quanto à política de taxas de juros.

No meu entender, tornou-se inevitável e cada vez menos sustentável a posição de Gustavo Franco, que resolveu pedir o seu afastamento ou foi convidado a ser substituído. Assume a condução da política monetária, ao lado do Ministro Pedro Malan, um economista reconhecidamente de extraordinário conhecimento, Francisco Lopes. Vamos saber se está dispo-

to a realizar uma modificação na política monetária. E o primeiro sinal é que está caminhando na direção de uma modificação e numa direção mais saudável.

Sr. Presidente, daqui a 8 minutos, haverá uma reunião importante, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque se examinará o requerimento que o Senador Jefferson Péres e eu, próprio, apresentamos para convidar os Governadores dos Estados, a virem ao Senado Federal para expor as dificuldades em que se encontram, diante da política econômica e da situação tão difícil, que levou o Governador Itamar Franco a sua importante decisão.

O Governador Itamar Franco, inclusive, já disse da sua disposição em estar presente no Senado Federal. Renovo, aqui, o apelo que faço aos Srs. Senadores de todos os partidos, para que dêem quorum, compareçam e votem, favoravelmente, a este requerimento. Qualquer tentativa de não se dar quorum, de se esvaziar a reunião, de se negar a aprovação deste requerimento, poderia significar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que o Senado estaria deixando de realizar aquilo que é a nossa atribuição constitucional.

Gostaria de lembrar que a intenção do Senador Jefferson Péres e a minha própria é de dar oportunidade de o Senado se constituir num fórum para o exame destes assuntos que são de extrema relevância. Gostaria de ressaltar que todos os Governadores estão preocupados com uma saída, inclusive, seria interessante que a posição do ex-Senador, nosso colega, hoje Governador, Esperidião Amin que, resolvendo não ir a São Luiz do Maranhão e não se colocando dentre os Governadores da oposição, se diz como um Governador que quer uma terceira linha, uma reunião de todos os Governadores: os sem Ministros e os com Ministros, os de oposição e os de Governo, para propor-se uma saída.

Pois bem, que melhor forma do que o próprio Senado Federal para que estejam aqui os Governadores com Ministros, os Governadores sem Ministros, os Governadores de Oposição e os Governadores que apóiam o Governo para dialogar conosco, que temos a responsabilidade de examinar a saída que poderemos ter com respeito a grave situação econômica que se encontra o Brasil.

Sr. Presidente, não foi o Governador Itamar Franco o responsável pela saída tão abrupta de recursos, isso se deu em decorrência da política econômica que precisava de correção, extremamente, severa; e avalio que está aberta a oportunidade para o Presidente Fernando Henrique Cardoso iniciar uma correção. Mas se for verdade que o Presidente Fernando Henrique Cardoso quer, não apenas baixar os juros, quer

estimular o crescimento; se for verdade que Sua Excelência quer fazer do Brasil uma Nação que possa, efetivamente, crescer, criar emprego; se for verdade que Sua Excelência quer, realmente, erradicar a fome, a miséria como declarou em 1º de janeiro de 1995, se for verdade, que Sua Excelência quer acabar com o Brasil sendo uma das nações com maior desigualdade sócio-econômica, então, é preciso que Sua Excelência ouse muito mais; é preciso que Sua Excelência encaminhe proposições que efetivamente representem um desenho novo, para que nenhum cidadão brasileiro esteja passando fome, nenhum cidadão brasileiro se encontre desempregado, nenhuma cidadã, como a Senhora Telma, anteontem, em São Paulo, chegue a ponto de estar grávida, desempregada e com o seu marido desempregado, em cima de um edifício de 22 andares, disposta a se suicidar, ainda que com 4 crianças para cuidar, pela impossibilidade de fazer frente às extraordinárias dificuldades, quais sejam as necessidades de alimentar as suas crianças, a si próprio.

Ora, Sr. Presidente, é especialmente a condição da Senhora Telma? É especialmente a situação de todos aqueles que estão com fome, inclusive no interior do Estado de Sergipe – onde se encontra hoje, no litoral, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e seria próprio, conforme sugeriu ontem o Senador José Eduardo Dutra, que além de aproveitar a beleza ecológica das praias do litoral de Sergipe, vá também o Presidente Fernando Henrique Cardoso ao interior daquele Estado, para averiguar a situação em que se encontram os flagelados pela seca, porque em dificuldade ainda maior que o Governador Itamar Franco estão as pessoas que hoje vivem sem remuneração alguma ou com remunerações de R\$50, de R\$100, de R\$130 por mês ou pouco mais e não conseguem ter o mínimo necessário.

Assim, Sr. Presidente, reforço a proposição que apresentei na semana passada. Há que se instituir no Brasil uma linha oficial de pobreza e que o Governo saiba e diga quantas pessoas estão abaixo dessa linha. Definida como um nível de rendimento suficiente para que as pessoas possam ter o mínimo necessário para a sua dignidade e a de sua família, possa também o Governo estipular a meta e em quanto tempo se darão os passos necessários, de iniciativa do Executivo e do Congresso Nacional, para que nenhuma pessoa esteja vivendo abaixo da linha oficial de pobreza.

Reitero, portanto, o convite aos Srs. Senadores para dêem o **quorum** necessário na Comissão de Assuntos Econômicos, para a aprovação do requerimento que convida os Srs. Governadores para virem ao Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, para uma comunicação de Liderança, por cinco minutos.

SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, devemos admitir que a Oposição nesta Casa não é numerosa, mas mesmo assim é ativa na pregação do caos econômico neste País. Nós já estamos muito bem servidos de adversários e de inimigos por aí afora. Creio que, neste momento, seria dever da Oposição – e já fui Oposição como político – ajudar o País a sair da sua crise, das suas dificuldades. Ouço, todos os dias, desta tribuna, declarações de eminentes Líderes da Oposição – como ouvi agora do Senador Eduardo Suplicy e, outro dia, do Senador José Eduardo Dutra – de que o País caminha para o desvio. É um verdadeiro descaminho; não se encontra uma palavra de solidariedade, de compreensão para o esforço gigantesco que o Governo faz no sentido de repor a Nação nos trilhos da sua normalidade econômica.

Agora mesmo o Governo oferece ao Congresso Nacional uma série de medidas provisórias com as quais procura fazer o ajuste fiscal e recolocar o País em sua completa normalidade. Mas não é isso o que quer a Oposição. Parece-me que a Oposição propugna por aquilo que Bakunin também propugnava, ou seja, a desgraça total. Não podemos supor que o Brasil afundando, a Oposição, que é escassa, é estreita, é diminuta nesta Casa, se salve, como crê, numa Arca de Noé. Essa hipótese simplesmente não existe. Ou todos nós nos damos as mãos no sentido de ajudar o Brasil a sair da crise, ou todos nós vamos afundar junto com ela.

Os Estados, alguns, reclamam da União Federal de maus tratos e procuram demonstrar que as desgraças que os afundam decorrem exatamente da dívida, mal compreendida e maltratada pelo Governo Federal.

Protesto e contesto essa informação. Fui Governador de Estado, como tantos outros Senadores que compõem o Plenário do Senado Federal. Quando assumi o Governo do meu Estado, a folha de pessoal consumia 75% das receitas e, no primeiro mês do meu governo, mais 25% eram destinados ao pagamento da dívida. Ou seja, 100% das receitas. O que fiz eu? Declarei moratória? Não. Procurei acionar os meus secretários, os meus assessores, a fim de encontrar um caminho para resolver o problema

do meu Estado – que não era do Brasil, mas do meu Estado, Maranhão.

Sr. Presidente, reduzimos aquela folha de pessoal com um esforço gigantesco, passando de 75% para 38% apenas. A folha de pessoal do Maranhão tornou-se a menor folha deste País. E com isso consegui realizar milhares de obras sem receber um centavo sequer de empréstimo do Governo Federal ou externo. Jamais recebi ajuda do Governo Federal e jamais deixei de pagar os compromissos do meu Estado com a União Federal e com os funcionários públicos, que eram pagos antes do vencimento de cada mês.

Cada Governador precisa compreender isto: quanto cada um emprega hoje no abatimento da sua dívida? Não mais que 13%. Ora, 13% é um número pequeno diante de 100%.

Mas tenho aqui o jornal **O Globo** que demonstra o quanto consome cada Estado com a sua folha de pessoal. Começa com Alagoas, consumindo 93% das suas receitas. O Rio de Janeiro, mais de 80%, e assim por diante. Aqui está o grande problema. É o ajuste das contas de cada Estado e não a responsabilidade do Governo Federal.

Outro dia, ouvi o Senador José Eduardo Dutra, do meu gabinete, dizer que entre os desatinos cometidos pelo Presidente Itamar Franco, o maior de todos tinha sido a escolha do Presidente Fernando Henrique Cardoso como seu candidato à Presidência da República. Eu não posso concordar com essa declaração do Senador José Eduardo Dutra. Primeiro, porque o Presidente Itamar Franco não merece isso. O Presidente Itamar Franco não é um desatinado. O que é um desatinado? É um louco, um demente, um sã-deu, e eu não acredito e não desejo acreditar e sei que não é o Presidente Itamar Franco um louco.

Por outro lado, nem mesmo o Presidente desta Casa, que teve as suas diferenças com Itamar, tratou-o desta maneira. Ao contrário, Antonio Carlos Magalhães declarou que Itamar Franco é um homem educado e que, portanto, encontraria um caminho para resolver seus problemas.

Mas a Oposição, que lhe presta solidariedade, chama-o de louco, de desatinado. Por outro lado, o Senador ofendeu também o povo brasileiro, porque foi o povo brasileiro que por duas vezes elegeu, por grande maioria de votos, no primeiro turno, o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Quando se diz que a escolha de Fernando Henrique foi um desatino, o que se está querendo dizer também é que o povo não sabe escolher, o povo não tem responsabilidade. E o povo tem responsabilidade, sim. E eu defendo a mim, que também, por duas vezes, votei em Fernando Henrique Cardoso.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Se o Presidente permitir, ouço V. Ex^a, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senador Edison Lobão está na tribuna fazendo uma comunicação de Liderança, que regimentalmente não comporta aparte, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Muito agradecido.

SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Lamento, Senador Lauro Campos, não poder ouvi-lo. V. Ex^a tem sempre uma contribuição a dar nos debates neste Plenário.

Tenho aqui a carta dos Governadores, em São Luís. Os Governadores que foram convidados por Roseana Sarney para examinar este problema. Ali disseram que não estão de acordo com a moratória. A moratória de nada serve e a nada conduz, a não ser ao desacerto que está aí na economia, por conta de uma declaração mal formulada, mal pensada.

O que quero dizer, Sr. Presidente, desta tribuna, é que não podemos continuar acusando o Governo e criando mais embaraços ao Presidente da República, sob pena de não termos, de fato, aí sim, uma solução para a grave crise que estamos enfrentando. Se nós estamos aqui a colocar cada vez mais lenha nesta fogueira, a dizer que o Governo não tem competência, que procede mal, que erra em tudo, que nada faz, estamos contribuindo exatamente para aumentar as dificuldades que o Governo já enfrenta.

Tenho para mim que é dever de cada um de nós, que foi eleito pelo povo, que foi responsabilizado pelo povo para contribuir no sentido de resolver problemas nacionais, ajudar o Governo, ajudar o Presidente da República a encontrar os caminhos, os meios e os modos para resolver a crise com a qual o País se debate.

A cada palavra que dizemos aqui no sentido de demonstrar que o Brasil quebrou, que instalou-se o caos, estaremos oferecendo aos estrangeiros, àqueles que estão levando os dólares que aqui aportaram, motivação para aumentar as nossas dificuldades.

Sr. Presidente, há momentos em que até a Oposição tem o dever de se juntar ao Poder Executivo, ao Governo. Estamos diante de um desses momentos e precisamos nos unir para resolver a crise que estamos vivendo.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Eu permitiria, com toda a alegria, Senador Josaphat Mari-

nho, se o Presidente já não tivesse dito, ainda há pouco...

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – É muito rápido.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Por mim, pode até não ser rápido!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Josaphat Marinho, o Senador Edison Lobão está fazendo uma comunicação de Liderança.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Sr. Presidente, então eu respeito. Queria apenas dizer que a Carta do Maranhão é a exposição de motivos do ato do Governador mineiro.

SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – A Carta do Maranhão é de apoio ao Governo da República. Tenho-a aqui comigo. Nela há apenas a solicitação de uma renegociação quanto à dívida e aos juros, não quanto à moratória. Todos condenam a moratória. Não há mais o que negociar, porque já está negociado. Cada qual que pague a sua dívida, como eu, quando Governador, o fiz.

Hoje, o Estado que mais paga, paga 13%, mas não vejo nenhum Governador de Estado reclamar do custo da sua máquina administrativa – este, sim, muito elevado, muito grande, graças a dificuldades que nem quero aqui comentar.

Sr. Presidente, concluo dizendo: o que o Presidente da República, o que o Chefe da Nação necessita é de colaboração, é de compreensão. É de ajuda por parte dos parlamentaristas, dos senadores da República, dos deputados federais, enfim, de todo o povo brasileiro. O Presidente não está precisando de quem o desajude nesta crise que está enfrentando. E digo isso não em nome dele, porque o Brasil não é dele, mas sim em nome de nós todos, porque o Brasil pertence a 160 milhões de brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Geraldo Melo, por permuta com a Senadora Emilia Fernandes.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente desejo agradecer à Senadora Emilia Fernandes a gentileza de haver permutado comigo a sua posição na lista de oradores inscritos desta manhã, assim como

ao Senador Pedro Simon, que havia me cedido o seu tempo antes da Senadora Emilia Fernandes.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, após ouvir com a atenção e o respeito que de mim merecem os senadores Eduardo Suplicy e Edison Lobão ao fazerem seus pronunciamentos.

Num momento de crise que afeta o nosso País – e, afetando o País, afeta os nossos concidadãos –, que afeta o povo brasileiro e não apenas o Presidente da República, num momento como este é de se esperar que renunciemos ao espetáculo, que renunciemos à fanfarra, que sejamos capazes de dar as mãos uns aos outros para ajudar o País a sair da dificuldade.

Desejo, inicialmente, dar uma palavra com relação à questão dos Estados. Semana passada, Senador Josaphat Marinho, tive a honra de apartear o Senador Eduardo Suplicy a respeito desse problema. Recordei a S.Ex^a e à Casa que, antes de ser membro da Mesa como hoje sou, quando eu podia participar de comissões permanentes, fui membro, entre outras, da Comissão de Assuntos Econômicos. Naquela Comissão, reiteradas vezes manifestei a preocupação que tinha com o alto endividamento dos Estados e a pouca parcimônia no endividamento, algo que o próprio Senado Federal, à falta de uma política madura e consistente em relação a esse assunto, não estava tendo condições de sofrer. Portanto, acredito que tenho a isenção necessária para repetir aqui que considero importante para o País que a situação de cada Estado seja examinada e que se encontre uma forma de equacionar o problema, pois o problema do Brasil termina sendo a soma dos problemas de todos. E a situação dos Estados, seguramente, é um componente fundamental da situação do País.

É preciso, entretanto, não perder de vista que há certas sinalizações que os próprios Governos estaduais fizeram que recomendam uma atitude cautelosa nessa generalização que estamos fazendo.

Embora tenha tido os meus motivos, pessoais e políticos, nunca abordei, nesta tribuna, por exemplo, a questão particular do meu Estado, embora seja possível que o que ocorreu no Rio Grande do Norte tenha se repetido em outros Estados do Brasil.

O Estado do qual saí como ex-Governador, há alguns anos, tinha um nível de endividamento extremamente discreto. Consegui atravessar um período difícil sem aumentar esse endividamento. Ao contrário: foi-me possível reduzi-lo em quase 50% – tanto o endividamento externo como o interno. Atravessei

os meus quatro anos sem assinar um único contrato de antecipação de receita.

Vi o ano que terminou coincidir com um ano de campanha eleitoral. O meu Estado se desfez de um patrimônio público, a sua companhia distribuidora de energia elétrica, e recebeu R\$600 milhões à vista, ou seja, aproximadamente, U\$500 milhões. Há quinze dias, este mesmo Estado já teve de modificar a legislação que ele próprio propôs com relação a esses recursos, que impedia a utilização deles, por exemplo, para o pagamento de pessoal. Pediu-se à Assembléia Legislativa autorização para pagar a folha com o que restava desses recursos, que foram simplesmente dissolvidos, derretidos, sem que uma única obra capaz de acelerar o desenvolvimento econômico naquele Estado tenha sido feita. Esses recursos foram simplesmente derretidos – por coincidência, nos cinco meses em que fluía uma campanha eleitoral na qual o Governador do Estado era candidato.

Quem, em seis meses, destruiu, dizimou, colocou pelo esgoto U\$500 milhões, vê-se hoje em um cenário que dificulta, agora, a solicitação de socorro financeiro.

Estou citando esse exemplo sem pretender entrar nos detalhes do Rio Grande do Norte. Faço-o apenas para dizer que a crise dos Estados procede, que ela precisa ser vista com responsabilidade, mas precisa ser vista com lápis e papel na mão.

A propósito, recorro o que disse ontem aqui o Senador Lúdio Coelho. A dívida foi equacionada para repagamento em trinta anos, com juros médios ao redor de 6% ao ano; se é para melhorar ainda mais essas condições, então é melhor perdoar de uma vez essa dívida.

Pergunto: qual é o brasileiro, qual é o cidadão neste País, qual é o empresário no Brasil, grande, pequeno ou médio, quem é neste País que hoje consegue obter um financiamento, em qualquer prazo, com juros anuais de 6% ao ano? Somente os Governos Estaduais.

Então, é preciso reconhecer, de um lado, que o problema deles precisa ser estudado, que interessa ao País, que interessa ao equilíbrio federativo, sim, mas reconhecer, por outro, que não se pode continuar rolando indefinidamente um passivo sem se ver da parte do devedor um esforço consistente e verdadeiro para honrar. Essa era apenas uma introdução na questão principal.

Abordou-se, hoje, – e com isso o Senador Eduardo Suplicy abriu a sua intervenção. – o significado que pode ter a saída do Presidente do Banco

Central. Na realidade, é preciso que esse momento será encarado com a responsabilidade que se exige de todos nós. Eu não estou aqui para dizer que não exista crise. Não estou aqui para dizer que não haja divergências, mesmo entre aqueles que apóiam o Governo Federal, em relação à política econômica que se pratica. Eu mesmo já ocupei esta tribuna, mais de uma vez, discutindo a questão da política cambial, manifestando, pessoalmente, com toda a clareza, a convicção de que a reanimação das exportações é que seria o caminho para gerar, lastreadas por um fluxo produtivo real, divisas capazes de elevar substancialmente o nosso nível de reservas. Eu mesmo citei o exemplo da política que se adota com a moeda verde nos países da Comunidade Européia, onde – se aqui o nosso problema é de exportar – o problema é de preservar a agricultura e se encontrou um caminho, o caminho da moeda verde, que, na verdade, é o reconhecimento de situações que justificam o pagamento de uma taxa de câmbio diferente da taxa de câmbio corrente no mercado livre.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Pois não, com prazer, Senador.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Geraldo Melo, as considerações de V. Ex^a, por sinal muito bem articuladas, procedem. Acredito que seja questão de lei. Toda ação corresponde a uma reação. As declarações do Governador Itamar Franco repercutiram porque foi um fato político, mas temos condições de cumprir com a lei. Simplesmente isso. No entanto, repercutiu muito porque estávamos sem fatos políticos, dentro de um período de negociações. Mas não há o que discutir. Os governos estaduais têm que compartilhar com o Governo Federal por intermédio do pagamento de tributos e do cumprimento de suas obrigações, bem como os governos municipais. Senão realmente cria-se um problema. E o Presidente Fernando Henrique está conduzindo uma política seriíssima das reformas institucionais. Dentro da reforma administrativa, os governadores têm a oportunidade de aliviar a grande carga, hoje, que é a folha do funcionalismo público estadual; que compromete de 70 a 90% da receita dos Estados. Portanto congratulo-me com V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Dizia eu que há divergências pontuais em relação à diretriz geral da política econômica. Mas é preciso, numa hora como esta, que o Senado, que é,

por excelência, das instituições que integram os Três Poderes, a Casa que tem o dever da reflexão, medite um pouco sobre o que tem ocorrido no País, independentemente de termos divergências ou não.

Será que estamos esquecidos de como estava a economia nacional antes que essa política econômica fosse implantada? Recordo-me do desalinhamento dos preços relativos. O País não tinha mais moeda, a moeda era cada uma das diferentes taxas, dos diferentes indexadores que a burocracia ia criando a mercê das circunstâncias.

No auge, nos momentos finais do processo histórico de inflação que se implantara no Brasil, todos se recordam dos inúmeros exemplos em que se verificava que, por exemplo, um liquidificador de brinquedo estava sendo vendido mais caro que um liquidificador de verdade. Daí a pouco, a soma do valor dos pneus, do pára-brisa, dos bancos e da pintura de um automóvel, era mais alta do que o preço do automóvel.

Estávamos, na verdade, com uma economia inteiramente sem referenciais. O que se fez foi criar, estabelecer uma ruptura no processo, que foi capaz de iniciar um processo de ordenamento, que o mais ferrenho dos adversários dessa política não poderá negar. O processo de ordenamento instaurado neste País foi um processo capaz de alterar todo o conjunto de expectativas de cada um de nós em relação ao dia de amanhã. Isso não quer dizer que não tenhamos problemas. Nós temos problemas, como todos os povos têm os seus problemas. Estamos a bordo de uma grande nau, cada dia mais, uma nau articulada, unificada, com problemas comuns. Estamos, cada dia mais, misturados uns os outros e herdeiros uns dos outros dos seus problemas, das suas dificuldades e dos seus desafios. Errar nesse processo, erraremos muito, porque esse é um processo novo no mundo inteiro. Se é ou não o processo ideal, se é ou não o processo desejado, isso é outra questão. A questão é que o processo aí está. E este País não tem, e nenhum outro tem, força política capaz de reverter-lo. O que precisamos? Nós estamos fazendo quase um processo indígena de experimentação e erro. Nós, digo, não brasileiros, nós todos. Todos os povos do mundo, porque a convivência com as economias globalizadas é um fato novo para a humanidade. As regras do jogo estão sendo criadas pelas circunstâncias, pelo dia-a-dia, pela realidade de um jogo que não era conhecido de ninguém e, dentro dele, – pelo menos com isso concorde o Professor Lauro Campos – talvez, valha, como nunca, aquela definição bem humorada dos economistas, de que o economista é alguém que tem uma tremenda capa-

cidade de nos explicar por que as coisas não se passaram como ele previu.

De forma que nós estamos mergulhados no processo de construção de arquitetura e construção de uma realidade que é nova para a humanidade. Não podemos, agora, pela diferença das nossas posições políticas, pelas questões que possam nos dividir nos Estados ou no País, contornar um dever essencial que temos todos nós, principalmente como Senadores da República.

A grande questão, agora, não é descobrir quem tem a frase mais inteligente para dizer contra o Presidente da República. A grande questão, agora, não é a de saber quem mais rapidamente se situa no vértice do processo político para se colocar como candidato futuro à Presidente da República. A grande questão, agora, não é saber quem é que vai desencadear o processo político neste País em seu proveito ou contra si. A grande questão, agora, é saber se nós, a quem o povo brasileiro entregou a oportunidade, mas também a responsabilidade de ocupar um espaço nesta Casa, estamos à altura da crise que o País está enfrentando e, se nós estamos à altura, se temos a grandeza e o preparo necessários para ficar acima das questões que possam nos dividir e chegar a um consenso; o consenso em torno do nosso País, do nosso povo, para cada um de nós contribuir com o seu conhecimento, com a sua experiência, com as suas idéias, na geração de uma proposta concreta para a definição de rumos para a nossa sociedade; sem preconceitos, sem danos da verdade, cujo único compromisso seja o futuro deste País.

Pedi a oportunidade de ocupar a tribuna para fazer esse apelo. Olho para esta Casa, para os homens de todos os Partidos, para as mulheres que participam do Senado Federal, para a sociedade brasileira, que está refletida neste salão; olho com uma grande esperança, Senador Edison Lobão, de que sejamos capazes de criar uma atmosfera que una todos nós e faça com que a nossa experiência se some a serviço do País.

Não quero encerrar as minhas palavras sem ter a honra de ouvir o Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT - DF) - Eminente Senador Geraldo Melo, V. Ex^a, como sempre, traz palavras ponderadas, morigeradas a este Plenário. Fui citado pessoalmente por V. Ex^a e, por isso, desejo manifestar o ponto de vista divergente da Oposição, que, obviamente, não pode ser responsabilizada pelo barco a que V. Ex^a se refere, em que todos nós nos encontramos como passageiros, por-

que nós, da Oposição, somos passageiros de terceira classe.

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN) - Não apoiado, Senador Lauro Campos!

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT-DF) - Enquanto alguns outros, como sabe V. Ex^a, são responsáveis pelo comando da nau. Foi dito que a Oposição, na medida do possível, está cumprindo aquilo que é o seu dever: alertar, fazer oposição a certas tomadas, a certas orientações, a certos comandos com os quais não concordamos. Mas essas divergências não existem apenas entre partidos diferentes; no seio de um mesmo partido, há diversidades. Eu, por exemplo, durante 4 anos, repeti dezenas de vezes: "sei que serei um voto solitário, mas voto contra o aumento do endividamento externo". Não admiti nenhum empréstimo externo porque sabia que um dia chegaríamos, como hoje, em 242 bilhões de dívida externa. Obviamente, isso nos levaria, juntamente com cerca de 300 bilhões da dívida interna, ao **default**, a um jumbo do tempo do ex-Ministro Delfim Netto, a um calote ou a uma moratória - o nome não interessa -; o caminho nos leva fatalmente a isso. Não foi sempre que fizemos oposição. Eu gostaria de ler apenas algumas linhas publicadas na **Folha de S. Paulo** para concluir o meu aparte, porque o discurso de V. Ex^a é tão estimulante que se eu não me limitar, invadirei o tempo de V. Ex^a, o que não pretendo fazer. "Lula criticou - quando se encontrou com o Presidente Fernando Henrique Cardoso - o acordo com o FMI, previu crise social e disse que a política econômica levará o País a um beco sem saída. O Presidente respondeu que não tem alternativa e que a comunidade internacional entendeu que o Brasil não poderia quebrar". Portanto, agora, a comunidade internacional é que passa a ser o comandante do nosso barco. "A comunidade internacional não vai deixar o Brasil quebrar", disse Sua Excelência na primeira página do jornal **Folha de S. Paulo**.

O SR. GERALDO MELO (PSDB - RN) - Muito obrigado, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT - DF) - Eu é que agradeço a V. Ex^a a gentileza de ter-me permitido esse aparte.

O SR. GERALDO MELO (PSDB - RN) - Como de costume, a intervenção de V. Ex^a engrandece e honra o pronunciamento de qualquer um de nós.

Quero encerrar dizendo a V. Ex^a e à Casa que sou daqueles que entendem que a finalidade da atividade econômica é servir as pessoas dos bens e dos serviços de que elas necessitam e que nós, evidentemente, não podemos sacrificar o objetivo final

da atividade econômica no altar da defesa dos instrumentos de que a política econômica se insere. A moeda é um instrumento, é uma ferramenta, naquele pequeno universo que era a economia de Robinson Crusoe. Naquela pequena economia, não havia necessidade de moeda; a necessidade de moeda é fruto da complexidade das relações econômicas, como todos sabemos. Entretanto, sabemos que ela foi criada para facilitar o encontro entre quem precisa da mercadoria e a própria mercadoria. Não nos podemos esquecer esse postulado, essa finalidade, em nome da defesa dos instrumentos de que a economia se serve para cumprir a sua finalidade.

Este País precisa voltar-se para a tarefa de crescer. Mas entendo também que quem está minimamente informado da sua situação, como é o caso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sabe que o seu simples gesto, a sua simples decisão de criar o Ministério do Desenvolvimento foi a sinalização mais clara de que o seu segundo mandato haveria de ser o do crescimento, da retomada da produção, da atividade econômica. Essa é a finalidade, esse é o recado, esse é o significado da criação, com a força que tem, do Ministério do Desenvolvimento, ocupado por um dos homens mais competentes deste País, que é o Ministro Celso Lafer.

Na realidade, precisamos nos unir para criar condições de desobstrução desse caminho o mais rapidamente possível, Senador Lauro Campos, a fim de que este País deixe de se preocupar apenas com os instrumentos de que se serve a economia para se preocupar com a economia, para que as pessoas possam ter, todos os dias, as mercadorias que precisam, os serviços que necessitam receber. Quanto maior a facilidade de acesso os produtos, maior será o êxito de qualquer política econômica.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Ouço o Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Nobre Senador Geraldo Melo, estava aqui a pensar que não devia interromper a excelência de sua exposição.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Muito obrigado, Senador!

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Mas é em homenagem a esta excelência que eu lhe quero dizer que o debate que convém ser travado no País é o que V. Exª neste momento desenvolve da tribuna.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Muito me honra ouvir isso!

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – A impessoalidade e o equilíbrio com que V. Exª fala. V. Exª não nega a crise, reconhece-a, mas V. Exª pede que os que apóiam o Governo como os que dele diverjam tratem o assunto com isenção, com objetividade, com segurança. Vale dizer: o que V. Exª pede é que se tratem com respeito os que aceitam as diretrizes oficiais e a posição dos que dela divergem. Somente assim, nesse respeito recíproco em que V. Exª é mestre, é que seremos capazes de produzir bons serviços para o País.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Encerro as minhas palavras comovido com a intervenção de V. Exª e renovando a esperança que tenho de que possa nascer neste País, e a partir desta Casa, o clima construtivo de uma aliança entre todos nós em proveito do País, e não em proveito de nada que se possa multiplicar, ampliar e aprofundar essa crise por mais espetacular seja.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ney Suassuna, como Líder, por cinco minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje pela manhã, ao folhear os jornais, conscientizei-me de que tivemos um agravamento da nossa crise: "Demite-se, irrevogavelmente, o Presidente do Banco Central"; "O País perdeu, de ontem para hoje, cifra superior a R\$1 bilhão"; "Alguns Líderes da Oposição conclamam o povo nas ruas em Belo Horizonte". Enfim, são muitos os indícios do agravamento.

Perguntei-me: os governadores estão com a razão? Eu diria que estão, porque todos os governadores gostariam de diminuir a sua dívida, que leva de 10% a 20% da sua arrecadação. Perguntei-me: o Governo Federal tem razão? É claro que tem razão. Muitos dizem que ele não fez o dever de casa, mas isso não é verdade. Lembrem-se de quantas crises ultrapassamos. Enquanto outros países –até mais fortes economicamente que o nosso– tombavam, passávamos ao lado das crises. Houve algum sacrifício, mas o Governo Federal fez o seu dever de

casa e estava com a razão quando renegociou as dívidas, inclusive diminuindo-lhes o valor.

A verdade é que, com a crise mundial, uma boa parte do País sob seca e uma crise econômica e social, o agravamento está sendo acirrado até por motivos políticos. E, nesse contexto, endosso inteiramente as palavras dos Senadores Edison Lobão e Geraldo Melo, que aqui fizeram discursos, antes de mim, sobre os quais devemos pensar.

O momento é inoportuno, pois o País está vulnerável, e não podemos esconder isso. Nossas reservas baixaram, o equilíbrio das contas não foi feito, mas foi feita muita coisa. Não se conseguiu fazer tudo, mas se fizeram 90%. Só que a crise está sendo mais forte. Este é o momento de todos nós, sem exceção, seja de que coloração partidária sejamos, isentos, unidos, lutarmos pelo nosso País.

Eu, como Vice-Líder do PMDB, acabei de conversar com o nosso Líder e fui autorizado a dizer que o PMDB estará ao lado do Governo, apoiando e lutando para conseguirmos, mais uma vez, debelar esta crise, pedindo àqueles que estão aproveitando a oportunidade para de novo virem à tona que não o façam. Para que colocar o povo na rua e tomar maior e mais complexa uma crise que já estamos vivendo?

O povo brasileiro espera, de todos nós, responsabilidade. Nesta Casa, tenho certeza de que todos nós a teremos. É preciso que toda a classe política se comporte desta maneira: apoiando inteiramente as palavras dos Senadores Geraldo Melo e Edison Lobão, e conclamando a todos para, com imparcialidade, formarmos a união em busca da solução. O PMDB estará aplaudindo aqueles que estão ajudando a contornar a crise e lutando para que ela seja superada o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, mas declino da palavra.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Bello Parga, peço a V. Ex^a que aguarde a prorrogação da Hora do Expediente, para que eu possa lhe conceder a palavra. V. Ex^a já está inscrito para a sua comunicação.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Guerra.

Peço permissão a V. Ex^a para interrompê-lo, a fim de prorrogar a Hora do Expediente, na forma prevista no Regimento, para que, após o seu discurs-

so, possamos ouvir a comunicação inadiável de orador já inscrito.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO GUERRA (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa reverencia, ainda, a memória de um grande Senador, de um grande educador brasileiro, que dedicou praticamente toda a sua vida política a defender os postulados democráticos e sociais, nos quais se embute, naturalmente, como um instrumento valiosíssimo, o setor educacional.

Vivemos um momento da realidade brasileira em que há imperiosa necessidade de uma condução serena, equilibrada, para termos as soluções que melhor consultem os interesses do nosso País e da nossa Pátria. Não é sem perplexidade que, hoje, observamos as dificuldades experimentadas pelo País. As divergências assumidas aclaram, por um lado, as questões que devem ter transparência para que possamos fazer uma avaliação, um diagnóstico e um debate que permitam a retomada do crescimento e do desenvolvimento do Brasil.

Este é um momento grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Como representante de uma das unidades da Federação, permito-me, em nome do princípio da Federação, também levantar a minha voz para considerar que uma das missões do Senado Federal é a de ser, no mínimo, o mediador no encaminhamento de questão tão complexa. E o Congresso Nacional, Sr. Presidente, não poderá faltar ao Brasil, pelas responsabilidades inerentes ao seu próprio exercício como instituição –garantidora, também, do processo democrático– que tem, sobretudo hoje, a necessidade de visualizar o País de corpo inteiro, de maneira realista, sem subterfúgios ou imperialismo, e com o bom senso e o equilíbrio aos quais se referia o nosso grande Senador Josaphat Marinho ainda há pouco.

Assim, com equidistância, isenção e responsabilidade, todos nós poderemos dar a nossa contribuição, lamber as nossas feridas, procurar curá-las, porque a crise econômica revela, de forma ostensiva, a crise social, o desemprego, setores como a saúde e a educação reclamando por respostas que tragam ao País a retomada do seu desenvolvimento e garantam melhores dias para a população brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não cabem as exacerbações de ânimos, não cabem as manifestações que possam conduzir o País a decisões que possam até parecer grandiloquentes, não cabem manifestações que não resultem em respostas

conciliatórias para o equilíbrio da Federação. O pacto federativo não é algo abstrato; a concretude desse pacto se realiza à medida em que, no exercício da gestão pública desta Federação, o Governo Federal e os Governos estaduais, buscando realizar os seus planos, têm naturalmente que responder aos interesses públicos, aqueles que podem consagrar a Unidade Federativa e os princípios que todos defendemos do bem-estar social. Não se há de cogitar de democracia, quando se desrespeita a democracia; não se pode cogitar de um país economicamente forte, se debilitadíssima está sua estrutura, seu tecido social.

Portanto, conclamo a todos para que, num momento de reflexão, de responsabilidade, e amainando os ânimos, encontremos a melhor solução para nosso País a fim de obtermos equilíbrio social e econômico e sobretudo a felicidade de nossa Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Guerra, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 41-L-PFL/99

Brasília, 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.717-4, de 7 de janeiro de 1999, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$68.383.840,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado **Manoel Castro**

Deputado **Corauci Sobrinho**

Suplentes:

Deputado **Murilo Pinheiro**

Deputado **Elton Ronhelt**

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL

OFÍCIO Nº 43-L-PFL/99

Brasília, 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.719-3, de 7 de janeiro de 1998, que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado **Jorge Khoury**

Deputado **Reinhond Stephanes**

Suplentes:

Deputado **José Melo**

Deputado **Ayres da Cunha**

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 045-L-PFL/99

Brasília, 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.727-2, de 7 de janeiro de 1998, que "dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivos:

Deputado: **Osório Adriano**

Deputado: **José Carlos Aleluia**

Suplentes:

Deputado: **Roberto Pessoa**

Deputado: **Betinho Rosado**

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**,
Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 047-L-PFL/99

Brasília, 12 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência a Deputada Laura Carneiro, como membro suplente, para fazer parte da

Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.718-3, de 30 de dezembro de 1998, que "Acresce parágrafo ao art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento", em substituição ao Deputado Talvane Albuquerque.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OF/GAB/I/Nº 28

Brasília, 13 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Marcelo Teixeira e Wilson Cignachi passam a integrar, respectivamente, na qualidade de Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.797, de 6 de janeiro de 1999, em substituição aos anteriormente indicados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 30

Brasília, 13 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados José Aldemir e Rubens Cosac passam a integrar, respectivamente, na qualidade de Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.796, de 6 de janeiro de 1999, em substituição aos anteriormente indicados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotado o tempo destinado ao Expediente, passa-se à.

ORDEM DO DIA

Item 1:

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 2, de 1999 – art. 336, c)

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa

de origem), que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória, tendo

Pareceres:

– sob nº 691, de 1998, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar; e

– sob nº 27, de 1999, proferido em Plenário, Relator: Senador Sebastião Rocha, pela Comissão de Assuntos Sociais, favorável à Emenda nº 1; parcialmente às de nºs 2, 3, 4, 7, 8 e 9, na forma de subemendas que apresenta; contrário às de nºs 5, 6 e 10; e apresentando a Emenda nº 11-Rel.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa do dia 14 de dezembro último.

Passa-se à votação.

O SR. LUCÍDIO PORTELLA (PPB – PI) – Sr. Presidente, desejo encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lucídio Portella, para encaminhar a votação.

O SR. LUCÍDIO PORTELLA (PPB – PI. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é com esperança que vemos ser apresentado à consideração final dos ilustres Senadores um projeto substitutivo que faz jus ao elevado conceito que goza esta Casa no contexto jurídico e político do País. Trata-se do Substitutivo ao PLC nº 8/91, que agora retorna à votação em turno suplementar.

O projeto, original da Câmara dos Deputados, PLC nº 08/91, que "dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamentar a internação psiquiátrica compulsória", de autoria do eminente Deputado Paulo Delgado, teve o mérito incontestável de lançar foco à atenção da opinião pública e das autoridades sanitárias para o problema da saúde mental em nosso País, inobstante tratar o assunto de maneira superficial e trazer a eiva da controvérsia e do radicalismo.

Poucos projetos de lei tiveram tramitação tão longa e conflitiva, galvanizando a mídia e a opinião pública, além, é claro, dos segmentos sociais envolvidos: associações de familiares e de pacientes, de diretores de hospital psiquiátrico, professores de psiquiatria, sanitaristas, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais militantes na

área e respectivos conselhos de classe e associações das categorias.

A proposição foi objeto de extensas e profundas discussões no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, com a realização de audiências públicas e a elaboração de vários pareceres, tendo sido finalmente aprovada nos termos do Voto em Separado, com substitutivo, de nossa lavra, que pásou, **ipso facto**, a ser o parecer daquela Comissão.

A nossa contribuição levou em conta o pensamento dos ex-Senadores José Paulo Bisol e Beni Veras, além de oportunas emendas e pronunciamentos dos Senadores José Fogaça, Emilia Fernandes, Marluce Pinto, José Carlos Valadares, José Alves, Esperidião Amin, Mauro Miranda, Gilvam Borges e inúmeros outros, a quem peço excusas por cometer a injustiça de não declinar o nome, uma vez que a memória nos falha neste intento.

Entretanto, ao assumirmos a 4ª Secretaria na Comissão Diretora vimo-nos impedidos, regimentalmente, de emitir parecer às emendas de Plenário, ao PLC nº 08/91, todas de auditoria dos eminentes Senadores Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra.

Assumi a Relatoria do Projeto o ilustre Senador Sebastião Rocha e, ao final de 1998, fomos convidados para elaborar um texto de consenso, com a participação de técnicos do Ministério da Saúde. Dessa forma, logrou-se um amplo acordo, mediado pelos brilhantes Líderes da base do Governo, chegando-se a um substitutivo final com avanços técnicos e políticos, mas sem posições radicais por parte dos segmentos sociais envolvidos. Muitas das idéias dos Senadores Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra puderam ser aprovadas.

Sr. Presidente, aprovado em votação em primeiro turno, eis que novamente o substitutivo recebeu emendas de Plenário, todas do ilustre Senador José Eduardo Dutra e da preclara Senadora Emilia Fernandes. Pelos termos do acordo firmado, buscando-se a pacificação da matéria, as emendas só seriam acatadas por consenso, o que não aconteceu, pois embora tenhamos tentado um entendimento, inclusive nos reunindo com o autor do projeto, o Deputado Paulo Delgado, o Relator da matéria excluiu-nos dos acertos finais, permanecendo com as posições do grupo com o qual se diz identificar.

Infelizmente, o parecerista escolheu acatar emendas que desfiguram o substitutivo já aprovado em primeiro turno, atentando contra o seu mérito e buscando fazer ressurgir o espírito do projeto original, para isto envolvendo sutilezas técnicas difíceis de serem detectadas pelo legislador não afeito à matéria.

É o caso da inclusão do parágrafo único ao art. 4º, que é, metaforicamente, um cheque em branco

assinado ao Poder Executivo. Da mesma forma, quanto ao § 4º, do art. 5º, a supressão da participação do Ministério Público nos procedimentos de desospitalização elimina a única salvaguarda social e real sentinela dos direitos civis dos pacientes crônicos, que correrão o risco de serem simplesmente despejados na rua, engrossando as fileiras dos **homeless**, dos sem-tetos, dos mendigos que já examinam, hoje, as nossas metrópoles, ou, o que é pior, aumentando as estatísticas dos crimes absurdos e sem motivo que, inclusive, há poucos dias, os jornais estamparam em dois tristes exemplos, um em Nova Iorque e outro no Rio de Janeiro. Na Inglaterra, que hoje refluí dessa política temerária, houve 150 crimes de morte de tal espécie, nos últimos anos.

Concluindo, Sr. Presidente, diante da radicalização intempestiva das posições do ilustre Relator, ao acolher emendas que são lesivas ao mérito intrínseco do Substitutivo e que afrontam um texto que é o resultado da contribuição de trabalho e do entendimento entre grande número de membros desta Casa Revisora, que souberam aperfeiçoar matéria tão controversa quanto importante, que irá mexer com a vida de milhões de brasileiros, não poderíamos ficar passivos.

Diante da quebra de um acordo firmado em torno do texto de consenso, em conjunto com técnicos do Poder Executivo, a nossa posição também deve sofrer uma mudança. Não a mudança para uma radicalização improfícua e desacisada, mas para uma tomada de posição em defesa do acordo com o Governo e pela manutenção do mérito do Substitutivo já aprovado em 1º turno!

Sr. Presidente, para esse intento, conclamo os ilustres pares que nos acompanham desde os primórdios de nossa jornada nesta Casa, onde sempre honramos os nossos compromissos e tivemos conduta transparente e conciliadora, até agora, bem recentemente, nas medidas últimas do processo legislativo da proposição em pauta, que mais uma vez nos honram com o seu apoio.

O apelo à nossa posição e, creio, ao bom senso e ao pragmatismo responsável, não pode ser outro senão por:

1 – a rejeição ao Parecer do eminente Senador Sebastião Rocha às emendas de Plenário;

2 – o acatamento da emenda nº 4, que dá nova redação ao Art. 3º, de autoria da Senadora Emilia Fernandes, que, ao nosso ver, não atinge o mérito do Substitutivo, mas pelo contrário, confere-lhe maior clareza e eficácia;

3 – a rejeição das demais emendas destacadas.

São as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Esta votação é de suma importância. Acho que os Srs. Líderes e, em particular, o Relator deveriam estar presentes para que não haja equívoco no texto a ser votado, levando-se em conta inclusive as afirmativas que acabam de ser feitas pelo Senador Lucídio Portella. Acho que o Plenário deveria ficar atento a essa votação, inclusive ao que foi solicitado pelo Senador Lucídio Portella. Mas é indispensável a presença do Senador Sebastião Rocha, Relator, até para que se possa discutir o assunto ventilado pelo Senador Lucídio Portella e o Plenário deliberar com conhecimento perfeito de causa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT — SE)

— Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra pela ordem, V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT — SE.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Se bem entendi, o Senador Lucídio Portella está encaminhando favoravelmente ao fato de se votar primeiro o parecer — quero saber se isso é correto — do Senador Sebastião Rocha. No meu entendimento, aquele substitutivo já foi votado. Estamos em votação em turno suplementar, portanto, devermos nos debruçar sobre as emendas que foram apresentadas em turno suplementar. Quero saber se esse é o entendimento correto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Regimentalmente, o que se vota é a matéria, mas o Senador Lucídio Portella pede a rejeição do parecer para que se possa voltar a uma situação anterior.

O SR. LUCÍDIO PORTELLA (PPB — PI) — Rejeição do parecer sobre as emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Para se voltar à situação anterior.

Evidentemente que eu preciso da presença do Relator para opinar sobre a matéria. E o Plenário deliberará, na sua soberania, se mantém ou não.

A única emenda que o Senador Lucídio Portella pede para ser aprovada é da Senadora Emília Fernandes, que é a nº 4.

Eu gostaria de saber se a isso estariam de acordo os Srs. Líderes e o Relator.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT — SE)

— Bom, nós não estamos de acordo com essa...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Não estão de acordo. Gostaria de saber a opinião dos demais Líderes e do Relator.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL — MA) — Sr. Pre-

sidente, tanto quanto V. Ex^a, entendo que a presença do Relator é fundamental, embora já se tenha uma idéia da manifestação dele. Mas é bom que S. Ex^a defenda a sua posição. São inúmeras emendas.

A Liderança do PFL julga também que o substitutivo foi votado. O que vamos examinar são as emendas. Estamos de acordo em aprovar a emenda nº 4, da Senadora Emília Fernandes, defendida pelo Senador Lucídio Portella. Porém, queremos apoiar também as demais emendas que fazem parte de uma sugestão do Governo, que está acompanhando de perto essa questão. Nós, na medida em que apoiáramos essa emenda da Senadora Emília Fernandes, apoiaremos as demais emendas, com o parecer do Relator que, no entendimento do Ministério da Saúde, são convenientes para o bom andamento deste Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Com a manifestação de V. Ex^a e, se houver entendimento de outras Bancadas, posso colocar em votação até mesmo sem a presença do Relator. Agora, precisaríamos ouvir como pensam as demais Bancadas, como as do PSDB e do PMDB.

Nobre Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a tomou conhecimento do pronunciamento do nobre Senador Lucídio Portella e se julga em condições de defender sua posição? (Assentimento do Senador)

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT — AP.

Para encaminhar. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, na verdade, tomei conhecimento de um documento encaminhado pelo nobre Senador Lucídio Portella ao Líder do PSDB no Senado, o nobre Senador Sérgio Machado. Acredito que o pronunciamento do nobre Senador Lucídio Portella tenha se baseado no teor desse documento.

Quero apenas manifestar que sempre estive à disposição de todas as correntes envolvidas nesse debate do Ministério da Saúde, para que, em torno deste projeto, pudéssemos chegar a um entendimento. E assim agi em todos os momentos. Não me furtei, em nenhuma ocasião, de sentar, com quaisquer das correntes envolvidas, para conversar, discutir e buscar o melhor caminho, para que, dessa forma, pudéssemos nos desincumbir da função de relator deste projeto com certo êxito.

Aliás, sobre as emendas de Plenário, que estamos discutindo neste momento, bem como sobre o parecer que ofereci a essas emendas, participei de reuniões importantes com representantes dessas duas correntes; representantes do Movimento da Luta Antimanicomial, que defende a reforma psiquiá-

trica, que defende a implantação da rede substitutiva, e que coloca também como prioridade a internação por um menor tempo possível. Nunca essa corrente defendeu a impossibilidade ou a proibição da internação hospitalar; simplesmente defendeu a tese de que essa hospitalização deve durar o menor tempo possível.

Reuni-me com representantes da Assessoria do Senador Lucídio Portella, representantes da outra corrente, que defende o modelo hospitalar como essencial – não como prioritário, mas como essencial dentro do sistema de atendimento aos portadores de transtornos psíquicos. Nessa reunião, repito, com a presença do Deputado Paulo Delgado e Assessores do Senador Lucídio Portella, discutimos profundamente a possibilidade de entendimento sobre algumas das emendas apresentadas em Plenário. Logicamente que – aí já não é mais problema deste Relator, mas de compreensão e de entendimento entre as duas partes, que não chegaram a um acordo. O Relator, por dever de ofício, viu-se na obrigação de opinar sobre a matéria de acordo com as convicções deste Relator, em função de que o entendimento previamente estabelecido entre as duas correntes foi rompido. Coloquei aqui claramente, no momento em que relatei as primeiras emendas de plenário, que havia profunda discordância sobre o art. 5º, que prevê regras para a desospitalização.

O movimento de luta antimanicomial entende que essas regras favorecem o prolongamento das internações, dificultando, portanto, a desospitalização. Isso indiretamente serviria aos interesses dos proprietários de hospitais, que, com isso, poderiam auferir maiores lucros, mantendo pessoas internadas, sem a necessária indicação de internação hospitalar, por um tempo além daquele exigido pela patologia.

Já a corrente que defende o modelo hospitalar considera importantes esses requisitos estabelecidos como condições para a alta dos pacientes crônicos hospitalizados, para dar, às pessoas que saem dessas instituições, a garantia de que terão a devida assistência do Poder Público, seja na área médica, seja na área do direito da pessoa enquanto indivíduo, preservando-o de determinados riscos. Os dois argumentos são fortes, e o Relator optou por acatar, parcialmente, cada argumento.

Com relação à presença do Ministério Público no processo de alta desses pacientes crônicos, que é defendida pela corrente que apóia o sistema hospitalar, este Relator entendeu e entende que o Ministério Público não deveria participar. Além de haver dúvida da minha parte quanto à competência do Se-

nado, ou do Congresso Nacional, para estabelecer a obrigatoriedade da presença do Ministério Público no processo, também entende este Relator que o procedimento de alta é uma atribuição específica, peculiar ao médico, que se responsabiliza inclusive pelas consequências delas advindas, se ela for decidida de maneira intempestiva, ou até irresponsável. Por isso decidi suprimir, do §4º do art. 5º, a expressão que menciona a presença do Ministério Público no processo de alta.

Por outro lado, garanti a manutenção na íntegra, no meu parecer, dos §§2º e 3º do art. 4º, que são defendidos pelo segmento que apóia o modelo hospitalar e contestados pelo movimento da luta antimanicomial.

Também não suprimi todos os incisos do §4º do art. 5º, conforme queria o movimento de luta antimanicomial. Eu ia suprimir apenas dois dos cinco incisos: o II e o III, porque são subjetivos. Depois de uma análise profunda, a conclusão a que este Relator chegou é de que os incisos II e III são subjetivos, não indicam concretamente um caminho que deva ser seguido pelas autoridades públicas, pelo Poder Público nesses casos, porque estabelecem que as pessoas não devem servir a interesses de terceiros e devem ter uma cobertura do ponto de vista afetivo e material. Isso é subjetivo. Em função disso, propus a supressão desses dispositivos.

Tudo isso prova, Sr. Presidente, que eu não optei por nenhuma das correntes de forma tendenciosa, para tentar prejudicar a outra banda que defende o modelo hospitalar.

Sobre a inclusão ou o acatamento da emenda do Senador José Eduardo Dutra, que propõe um parágrafo único ao art. 4º prevendo a sua regulamentação - o artigo que prevê, como condição para a construção de novos hospitais públicos e a contratação de novos leitos pelo SUS em hospitais privados, a prévia aprovação das instâncias coletivas e de controle social do SUS, que são a bipartite, a tripartite, o conselho municipal, o conselho estadual, o Conselho Nacional de Saúde-, decidi acatar a emenda que propõe que o Poder Público regule esse artigo no prazo de sessenta dias.

Logicamente isso não pode ser um obstáculo à aprovação desse texto, pois, quer coloquemos na lei ou não, o Poder Público vai regulamentar aquilo que achar necessário. Então, não pode a inclusão desta emenda do Senador Dutra ser utilizada como argumento para obstaculizar a aprovação do meu parecer.

Sr. Presidente, o consenso foi rompido, o entendimento foi quebrado, cabe agora ao Relator a

responsabilidade, já que fui instado por um requerimento de urgência, que considero descabido, intempestivo, porque tínhamos até o dia 30 para votar essa matéria. Penso que houve precipitação na aprovação do requerimento de urgência, porque me forçou a elaborar um parecer, sem dar o tempo necessário para que as correntes pudessem sentar e buscar o entendimento, com a interveniência positiva do Ministério da Saúde, conforme tem feito nesta matéria, e com a participação das lideranças interessadas no assunto. Mas o Plenário aprovou, por iniciativa dos Líderes, um requerimento de urgência, que me instou a elaborar um parecer num tempo exíguo. Não foi este Relator que se furtou ao entendimento, que impediu que nos debruçássemos, com mais afinco e determinação, em busca de um acordo.

Aliás, ontem à tarde, o Deputado Paulo Delgado e eu fomos ao gabinete do Senador Lucídio Portella, conforme estava combinado, após a sessão da tarde, após a Ordem do Dia, e lá o Senador marcou no meu gabinete uma reunião conjunta com o Deputado Paulo Delgado e sua assessoria. Essa reunião não aconteceu, embora o Deputado Paulo Delgado e eu estivéssemos no aguardo do Senador Lucídio Portella e de sua assessoria.

Por isso, não posso, de forma nenhuma, assumir a responsabilidade, Sr. Presidente, pela quebra do entendimento. A responsabilidade, se há, é das duas correntes que não conseguiram chegar a uma conclusão. Este Relator, então, fez a opção que tinha à sua disposição, que era exatamente relatar a matéria – já instado pelo requerimento de urgência de acordo com suas convicções. E foi assim que procedi.

Concluindo, Sr. Presidente, coloco-me plenamente à disposição para que possamos prosseguir na busca do entendimento. Devemos pensar aqui no melhor para o Brasil; e o melhor para o Brasil, a meu ver, é exatamente um sistema híbrido, um sistema combinado em que o modelo hospitalar esteja presente, mas não seja o ponto fundamental do sistema; que a busca seja sempre pela implantação, pela implementação e pela utilização desses modelos substitutivos, que, no entendimento deste Relator, são necessários e mais adequados para a recuperação plena da pessoa portadora de transtornos psíquicos e sua reinserção na sociedade.

Era o que tinha a declarar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Amparado em dispositivo regimental, os Srs. Líde-

res enviam requerimento à Mesa para o adiamento desse projeto, a fim de que sejam feitas diligências.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 12, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 349 do Regimento Interno com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal, requeiro seja retirado da Ordem do Dia, Substitutivo do PLC 8/91 para retornar à pauta dia 21-1-1999, para diligência:

Sala das Sessões, 13 de janeiro de 1999

ENTRA BOCÓPIA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) –

Se o Plenário concorda com o requerimento, coloco-o em votação. (Pausa)

Não havendo objeção, em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A votação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 8 fica adiada, nos termos do Requerimento nº 12, de 1999, para o dia 21 de janeiro de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1998** (nº 620/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996, tendo

Parecer favorável, sob nº 2, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Artur da Távola.

Em discussão o projeto, em turno único.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, este projeto tem a mesma natureza de um projeto votado ontem, que aprova a assinatura de uma proposta conjunta, relativa ao livre intercâmbio de bens culturais no Mercosul.

Não sei se todos os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras sabem que existem, a propósito da questão cultural no Mercosul, duas entidades já há algum tempo a trabalhar na matéria. Uma delas tem a sigla *Parcum* – pouco sonora –, que quer dizer Parlamentares da Cultura no Mercosul. Essa entidade já vem se reunindo há algum tempo, juntando Parlamentares do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai para estudar todos os formatos possíveis para uma integração cultural em nosso Cone Sul na América. O tema do *Parcum*, evidentemente, não deve, a meu ver, ficar adstrito ao Mercosul. Acredito que em poucos anos ele estará a atingir praticamente toda a América Latina.

Ao lado do *Parcum*, há o *Parlatino*, de cuja Comissão de Educação sou presidente. O *Parlatino*, por sua vez, vem buscando fazer a integração cultural da América Latina, num movimento de grande antevisão.

Cabe uma palavra sobre qual pode ser o alcance da integração cultural da América Latina. Em primeiro lugar, a vertente principal: a troca efetiva de experiências na área cultural, tendo em vista a quantidade de problemas comuns desses países.

A meu juízo, a arte – talvez até mais que a política –, hoje em dia, assumiu a vanguarda na tomada de posição em relação a problemas sociais, em relação a problemas existenciais, em relação aos problemas dos amplos setores excluídos e marginalizados da sociedade. E quando a arte toma essa posição, curiosamente ela é comum, porque os problemas em nossa América são comuns nesse campo.

Se formos examinar as canções de Atáulpa Yupanki, na Argentina, as de Milton Nascimento, no Brasil, se formos verificar o canto plangente de algumas guarânias paraguaias, vamos verificar uma similitude na concepção do problema, apenas com variedade na sua expressão. E essa é a riqueza da cultura.

Podemos ir para o romance latino-americano. Nesse caso, também vamos verificar que os nossos principais escritores aí estão a traduzir problemas comuns. Problemas comuns esses que, hoje em dia, inclusive no caso da literatura, extrapolam o nosso continente, ou a nossa América Latina, e já são do entendimento das editoras de todo o mundo, no caso do livro.

Assim na pintura, assim em todas as formas de arte.

Pois bem, esse simples fato, que aparentemente deveria existir como que naturalmente, encontra barreiras praticamente intransponíveis. Por exemplo, a questão do Direito Autoral. O Direito Autoral é, em cada país, regulado por princípios que são de natureza internacional e por princípios que são de natureza local. O Direito Autoral tem fundamentos internacionais e tem peculiaridades nacionais, segundo a lei de cada país. Pois bem, a questão do Direito Autoral tem sido um obstáculo à ampla possibilidade editorial, tanto na música quanto nos livros, na América do Sul e, particularmente, nos países do Mercosul.

Vejam os casos simples de uma exposição de artes plásticas. Pois bem, uma exposição de artes plásticas, que exige o transporte de quadros, encontra – ou tem encontrado – barreiras alfandegárias inimagináveis, porque todos os rigores alfandegários relativos à entrada de produtos ilegais de repente abatem-se sobre a livre tramitação de quadros para uma exposição. Razão pela qual, até nesse caso, o *Parcum*, esse Parlamento Cultural do Mercosul, já alvitrou e criou um selo de arte do Mercosul, que será comum a esses produtos exportáveis, facilitando-lhes a livre tramitação junto às alfândegas.

Há mais: uma série de aspectos de natureza cultural, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem sempre são específicos de um país – e muitas vezes são, sim, específicos de uma região. Tomemos o caso do **gaúcho** ou do gaúcho. Toda a cultura que está ligada à formação de um pensamento ou de uma arte **gaúcha** – a expressão é castelhana – ou gaúcha – a expressão seria nossa –, num determinado setor fronteiriço do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai, é absolutamente regional. Tomemos o caso, lá em cima, em nosso País, da Região Amazônica. Será a cultura amazônica exclusivamente uma cultura brasileira? E o Equador, o Peru e a Venezuela, que têm nas fronteiras com a Amazônia elementos comuns de expressão cultural?

Esse é, portanto, um outro vetor de alta importância, que, no caso do Mercosul cultural, precisa encontrar cada vez mais conhecimento, expressão e formas jurídicas que o consagrem.

Todo o esforço do *Parcum* – faço parte desse Parlamento – e todo o esforço do *Parlatino*, de cuja Comissão de Educação, por acaso, faço parte na qualidade de Presidente, têm sido o de buscar convencer os legisladores desses países a uma ação comum nessa matéria. E essa ação comum é hoje da mais alta relevância, tendo em vista que a cultura é a matéria-prima de abastecimento de grande parte

das televisões por satélite, que carecem de produção em quantidade suficiente, de grande parte das produções de natureza radiofônica – embora o rádio tenha sido sempre desconsiderado nessa matéria, quando, a meu juízo, é o mais importante dos meios de difusão cultural.

Tudo isso é fundamentado na existência de uma cultura variada, ampla, diversificada, que deve ser abrangida pela legislação, a fim de que possamos ultrapassar uma série de barreiras que já não têm mais sentido. Se não têm sentido na economia, muito menos sentido têm na área da cultura, até porque a cultura trabalha com características peculiares dos países, mas ela é, evidentemente, por sua natureza, universalizante. A dor de alguém que sofre é igual em qualquer lugar; a angústia de um ser perante a existência de um espaço infinito é igual em qualquer lugar; o que varia é a peculiaridade dessa dor. Isso tem colocado para os países uma questão de alta relevância – discutida, aliás, nesses fóruns onde tenho a oportunidade de estar algumas vezes –, que é uma antiga discussão, altamente séria, sobre o que seria a unidade cultural de um povo e a diversidade cultural.

Todo período de predominância de um pensamento nacionalista nos levou – e a minha geração é formada nele – para a afirmação da cultura nacional...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Faz soar a campanha.)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Vou concluir, Sr. Presidente. Aproveitava um pouco a dispersão do Plenário, motivada pelo projeto anterior, para abusar da paciência de quem me escuta.

Toda minha geração foi formada na luta pela unidade cultural brasileira, até porque, àquela época, se não afirmássemos os valores culturais brasileiros, seríamos absolutamente invadidos, como sempre fomos, como Nação periférica. Fomos invadidos pela cultura francesa, na formação de elite; fomos invadidos depois pelo mercado norte-americano, já em fase de expansão e de relativa redução da cultura francesa como expressão de mercado.

Hoje em dia, a discussão no campo da cultura se volta tanto para a afirmação dos valores unitários da cultura de um país, sem a perda da condição de diversidade cultural que caracteriza a contemporaneidade. O fenômeno que ocorre na globalização econômica ocorreu antes na diversidade cultural internacional via satélite, via Internet, via os meios de integração.

A mesma interdependência que hoje caracteriza o grande debate na área econômica, se o País

deve estar inserido no mundo e ser interdependente ou fechado em si mesmo com aquela visão antiga de dependência, ocorre na área da cultura. Evidentemente, essa discussão pode ocorrer à vontade, podemos ter as posições que quisermos, mas esse processo é irreversível e vai ocorrer.

Por essa razão, acredito que estejamos diante de uma proposta de importância. Como, para mim, numa posição extremamente solitária e minoritária, a questão cultural é tão importante quanto a questão econômica, dedico um tempo, talvez exagerado, à defesa desses assuntos e desses temas, solicitando aos Srs. Senadores que considerem como um parecer favorável à votação dessa matéria de alta importância, que tem a ver e que dá os primeiros passos para uma integração cultural entre os países do Mercosul.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância e às Sr^{as} e Srs. Senadores pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão.(Pausa)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero manifestar-me favoravelmente a esse acordo de natureza cultural com os países do Mercosul. Lembro ainda uma decisão de extraordinária importância aos povos que têm procurado integrar-se em maior profundidade, qual seja, o fato ocorrido recentemente na Europa – decorrente da integração que se iniciou logo após a Guerra, em termos de idéias, progressivamente nos anos 60, com o Mercado Comum Europeu, e, sem seguida, em direção à formação da União Européia, com a integração gradativa das economias –, com a instituição da moeda única, o euro.

Aproveito para registrar que, na medida em que países como o Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina se integram econômica e culturalmente, é muito importante que venhamos a ter a perspectiva da integração das Américas, mas não apenas do ponto de vista do interesse dos que detêm o capital, daqueles que proclamam a necessidade da integração econômica desde o Alasca até a Patagônia, como tem feito o Presidente Bill Clinton quando declara que há necessidade de até o ano 2005 não haver mais qualquer tipo de barreira econômica para o livre trânsito de mercadorias e serviços e dos capitais em todas as Américas. O mais importante é que

haja a integração do ponto de vista do ser humano. E essa integração tem a ver com a integração cultural.

Os países europeus, cada vez mais, estão conseguindo essa integração, inclusive do ponto de vista do ser humano, que passa a poder atravessar fronteiras sem nenhuma barreira, mostrando apenas seu passaporte. Espanhóis, portugueses, gregos, hoje, podem trabalhar ou estudar na Itália, na Alemanha, na França. E, agora, o euro constitui um passo além nessa direção.

Gostaria de ressaltar esse fato de importância econômica tão acentuada, porque é muito provável que, como passo adicional do Mercosul e de integração de toda a América do Sul, venhamos a pensar em uma moeda comum, obviamente com mecanismos para preservar a nacionalidade e a condução da política econômica em cada país. Mas será muito importante que nós, brasileiros, venhamos a observar com atenção as vantagens e desvantagens do euro na Europa.

Sr. Presidente, este é o último item da pauta da Ordem do Dia e, tendo usado da palavra no início da sessão de hoje para fazer um apelo aos Srs. Senadores a comparecerem à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de apreciarmos o requerimento de minha autoria e do Senador Jefferson Péres para convidar os Governadores a discutir a séria crise econômica, gostaria de registrar um fato de grande importância para a vida do Senado Federal: o Senador Pedro Piva foi submetido a uma cirurgia e, por essa razão, precisou adiar a reunião que normalmente ocorreria ontem para hoje pela manhã. O Senador Jefferson Péres e eu nem sabíamos da cirurgia, mas hoje, pela manhã, ao verificarmos o esforço do Senador Pedro Piva de comparecer à CAE, para presidir a reunião, imediatamente avaliamos como muito importante o esforço de S. Ex^a para cumprir com a sua responsabilidade de Presidente daquela Comissão, convidando todos os Srs. Senadores para ali comparecerem. Os Senadores Jefferson Péres, Lauro Campos, José Eduardo Dutra, Pedro Simon, Roberto Requião, eu e muitos outros que ali estiveram percebemos que estávamos prestes a ter **quorum**. Faltavam, Sr. Presidente, apenas dois Senadores. O Senador Pedro Piva designou-me para vir ao plenário convidar mais dois Senadores. Assim o fiz e conseguimos um **quorum** de 16 Senadores. Mas, coordenada e articuladamente, o Presidente iniciou a Ordem do Dia exatamente nesse momento e, assim, regimentalmente, não foi possível realizar a reunião da CAE.

O que percebemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, de fato, as Lideranças do PFL e

PSDB orientaram seus membros a não comparecer. No momento em que conseguimos o **quorum**, coordenadamente houve a suspensão da reunião.

Quero registrar que, com essa atitude, na verdade, a base governamental, a Liderança do Governo enfraquece o Senado Federal. O Senado Federal jamais poderia ter receio de ouvir o Governador Itamar Franco, ex-Presidente da República, responsável pela introdução do Plano Real na economia. O Senado Federal não pode ter receio de ouvir os Governadores, a começar pelo Governador Itamar Franco. O Senador Jefferson Péres e eu quisemos propiciar a oportunidade desta Casa cumprir com a sua responsabilidade, abrindo a possibilidade dos Senadores e do próprio Ministro da Fazenda comparecerem ao fórum, constitucionalmente previsto, para debater esse assunto. Ainda mais, Sr. Presidente, diante da saída do Presidente Gustavo Franco da Presidência do Banco Central e da nova política cambial anunciada – o que já comentei.

É da maior importância que o Senado não abra mão de discutir assuntos tão importantes sobre as dificuldades em que se encontram os governadores do Brasil, da Situação e da Oposição.

Quero renovar o apelo para que ainda seja realizada a reunião, iniciada e suspensa em virtude do início da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tenho a informar ao Senador Eduardo Suplicy para que, no calor da sua emoção, não cometa injustiças, porque a Ordem do Dia começou com 23 minutos de atraso. Talvez até em atenção a V. Ex^a.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para deixar registrado nos Anais da Casa – e é realmente pela ordem dos trabalhos – a minha mágoa. Eu havia dito que os problemas de natureza cultural não merecem a mínima atenção; eles são tão importantes quanto os problemas da área econômica.

Vimos o Senador Eduardo Suplicy, que é de hábito uma pessoa tão delicada, tão cavalheira em todos os seus gestos, tripular a discussão de natureza cultural para trazer um assunto de natureza política, específica de uma visão do problema político que S. Ex^a e o seu partido têm. Isso é uma distorção e não passará sem o meu protesto, ainda que vindo por parte do Senador Eduardo Suplicy, que merece

todo o acatamento, todo o meu respeito. Sei do seu idealismo, da sua capacidade de luta no que acredito, mas este não é o momento de se discutir a matéria. Estamos discutindo uma matéria de natureza cultural. Ela é importante, e eu o proclamo daqui, ainda que solitário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– V. Ex^a não está solitário e sei que a advertência de V. Ex^a calará profundamente no nosso Senador Eduardo Suplicy.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa)

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC) –
Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Para encaminhar a votação, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC.
Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, quero hipotecar toda solidariedade a essa matéria tão importante que estamos votando, relatada pelo eminente Senador Artur da Távola, que é a aprovação desse intercâmbio cultural entre os países do Mercosul. A meu ver, é de fundamental importância partirmos para esse campo.

Até então, viemos no caminho da integração econômica entre os quatro países que formam o Mercosul; até então, a linha era para se formar uma auto-defesa em relação aos países e às demais potências. Essa é a finalidade, e não concorrermos entre nós mesmos, entre os irmãos, entre os quatro países. O Mercosul tem a característica fundamental de criar uma espécie de força maior entre nós, formar parcerias; essa é a razão fundamental no campo econômico.

Quando o Senado Federal vem respaldar essa integração no campo cultural para fazer com que não haja barreiras, eu tinha que manifestar também a nossa solidariedade. Não há a menor dúvida entre nós, catarinenses, que vivemos de perto com os irmãos principalmente da Argentina, porque somos vizinhos, que esse intercâmbio é fundamental.

Quero, então, cumprimentar o eminente Relator, o nobre Senador Artur da Távola, e o Senado, por antecipação, com a certeza de que aprovará a matéria.

Estamos nos integrando cada vez mais no campo cultural, para que, nessa parceira, possamos ser respeitados no mundo inteiro.

Eram estas as breves considerações que eu queria fazer no encaminhamento desta votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.



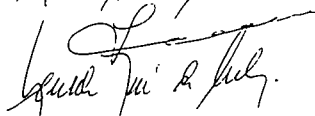
É lido o seguinte:

PARECER Nº 29, DE 1999
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1998 (nº 620, de 1998, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1998 (nº 620, de 1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de janeiro de 1999.

 .PRESIDENTE
 RELATOR


ANEXO AO PARECER Nº 29, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

Aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 3

MENSAGEM Nº 250, DE 1998

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 250, de 1998 (nº 1.385/98, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Sr. Geraldo Affonso Muzzi, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.

O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Faço um apelo aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências para virem ao plenário votar. (Pausa)

(Procede-se à votação secreta)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Encerrada a votação.

Votaram SIM 61 Srs. Senadores.

Não houve votos contrários e nem abstenções.

Total: 61 votos.

Foi aprovada à unanimidade.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

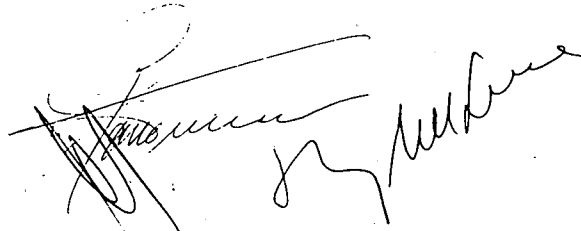
É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 13, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998, que "dispõe sobre o Ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 13 de janeiro de 1999.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai constar da pauta do dia 21 de janeiro do corrente ano.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço-lhe que faça constar minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A presença de V. Exª constará da Ata, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O discurso do Senador Teotônio Vilela Filho, é retirado pelo autor e será publicado posteriormente.

Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – V. Exª será atendido, Senador Teotônio Vilela Filho, na forma regimental.

A Mesa se associa ao pronunciamento de V. Exª em homenagem à Deputada Ceci Cunha. Associa-se

ainda na revolta diante de mais um crime bárbaro acontecido na região das Alagoas.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, são 20 minutos, embora eu não pretenda utilizá-los na sua totalidade.

Inicialmente, gostaria de me solidarizar com o Senador Teotônio Vilela Filho por seu pronunciamento e pelos apartes que S. Ex^a recebeu. Prefiro não fazer aparte por entender que ficaria repetitivo.

Quero fazer um registro sobre o episódio ocorrido hoje de manhã, que, a meu ver, como já registrou o Senador Eduardo Suplicy, diminui a importância do Congresso Nacional, particularmente do Senado Federal, e, mais particularmente ainda, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Já houve quem dissesse – acho que foi o Barão Von Clausewitz – que "a guerra é um assunto sério demais para ser tratado por generais". Parece-me que a equipe econômica do Governo, os tecnocratas, os economistas de um modo geral, gostam de parafrasear essa expressão, dizendo que "a economia é um assunto sério demais para ser tratado por políticos". Acho até justificável que os tecnocratas pensem assim. O mais grave, a meu ver, é quando os próprios políticos resolvem assumir essa pecha.

No momento em que o Brasil está passando por uma situação seriíssima na sua economia; no dia em que o Presidente do Banco Central se afasta, no dia posterior à perda, pelo Brasil, de US\$1 bilhão de suas reservas internacionais, quando há uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o fórum privilegiado para se debater essas questões, as bancadas majoritárias desta Casa resolvem, quase que em função de uma picuinha, boicotar a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e impedir que ela tenha **quorum**. O objetivo simplesmente foi evitar a discussão e a votação de um requerimento, assinado pelos Senadores Eduardo Suplicy e Jefferson Péres, convidando todos os Governadores a comparecerem àquela Comissão e exporem a situação dos seus Estados.

Sabemos o motivo do boicote. De repente, passou-se à interpretação de que a Comissão de Assuntos Econômicos não poderia virar palanque para Itamar Franco, quando sabemos que o requerimento não se referia especificamente a convite ao

Governador Itamar Franco, mas a todos os Governadores.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda que se tratasse de um requerimento para convidar apenas Itamar Franco, não se justificaria o boicote. Os Parlamentares da base governista e os Governadores alinhados com o Governo manifestaram-se no sentido de que o Governador Itamar Franco não tinha nenhum motivo para decretar moratória, que aquilo é um absurdo, que é antipatriotismo, que os seus argumentos não se sustentam. Se isso é verdade, essa seria até uma boa oportunidade para que os Senadores da base governista, que têm essa opinião sobre a decisão tomada pelo Governador Itamar Franco, pudessem se manifestar e confrontar a sua opinião na Comissão de Economia, onde seus argumentos poderiam ser reduzidos a pó por aqueles que entendem que eles não têm sustentação. Por que não se faz isso?

Eu gostaria, inclusive, que os Senadores tivessem a curiosidade de ir à Comissão de Assuntos Econômicos e observassem os retratos da Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos fixados na parede. Lá está o retrato do Presidente Itamar Franco, que foi Presidente daquela Comissão. A atitude tomada pela maioria dos Senadores da base governista, não comparecendo à reunião, diminui, a meu ver, a importância da CAE. É bom que seja registrado que compareceram, do PSDB, apenas os Senadores Jefferson Péres e Lúcio Alcântara; do PMDB, os Senadores Roberto Requião, José Fogaça e Pedro Simon; do PFL, infelizmente, não compareceu nenhum Senador. Com isso, a Comissão não pôde ser instalada por falta de **quorum**.

Neste momento grave para a economia do Brasil, a Comissão de Economia não se reúne para debater assunto de tal importância. Parece que a Comissão de Economia do Senado só serve para votar pareceres relativos a empréstimos de Estados ou do Governo Federal, numa visão absolutamente burocrática. A Comissão não pode reunir-se para debater a gravidade dos problemas do Brasil, rendendo-se a esta lógica da tecnocracia, de que político cuida de economia apenas para atrapalhar.

No meu entender, o episódio de hoje significou quase uma confissão de inutilidade da nossa Comissão.

Esse é um fato muito grave, Sr. Presidente. Gostaria de alertar as Lideranças da maioria desta Casa que, se, ao adotar procedimentos dessa natureza, pensam que estão contribuindo para o Brasil ou para o próprio Governo, estão muito enganados, porque não há contribuição para o Brasil e não há

contribuição para o Governo com o enfraquecimento do Poder Legislativo, com o enfraquecimento do Congresso Nacional e com o enfraquecimento do Senado da República.

Eu gostaria de deixar registrado o meu protesto por essa posição adotada pela maioria dos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos. Ao contrário do que os economistas pensam, entendo que a economia é um assunto muito sério para ser tratado apenas por economistas. Seria fundamental que os representantes do povo se dispusessem, neste momento grave por que passa a Nação, a debater o assunto. Infelizmente, isso não aconteceu hoje. Espero que aconteça num futuro muito breve.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao Senador Djalma Falcão.

O SR. DJALMA FALCÃO (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, aproveito o fim desta sessão para, num pronunciamento singelo, como singela foi a vida da Deputada Ceci Cunha, prestar àquela extinta Parlamentar a minha solidariedade, a solidariedade do PMDB e a solidariedade da sociedade alagoana. Também de maneira singela, gostaria de referir-me à saga, à luta e ao sacrifício de uma jovem, de uma adolescente, de uma mulher que, pela sua obstinação, pela força do seu idealismo, veio, viu e venceu as circunstâncias da vida, embora de maneira prematura e absolutamente violenta tenha sido trucidada na chacina ocorrida em Maceió, no dia 16 de dezembro passado. Refiro-me, Sr. Presidente, à jovem filha de um simples feirante de uma cidade do agreste alagoano, onde, como mencionou o Senador Teotônio Vilela Filho no seu recente pronunciamento, não havia unidades educacionais que oferecessem o quarto ano primário; ela, assim, teve que repetir por três vezes a terceira série. Depois, com exaustivo sacrifício, o seu humilde pai, um sertanejo alagoano, mandou-a cursar o segundo grau em Arapiraca.

Concluídos os estudos, ela não tinha como se deslocar para a cidade de Maceió para realizar o seu desejo e o seu objetivo de se formar em Medicina. Um magistrado alagoano de escol, o qual conheci, juiz de Direito da cidade de Arapiraca – que tinha jurisdição sobre Feira Grande, cidade natal de Ceci Cunha –, conhecendo a luta desse pai e, sobretudo, o desejo daquela jovem de se formar em Medicina, convidou-a para ser hóspede na sua casa, na cidade de Maceió. Foi assim que Ceci Cunha se deslocou para a capital alagoana, prestou exame vestibular e foi aprovada.

Usava transportes coletivos para se deslocar de sua casa para a universidade e desta para a casa do seu protetor, o juiz Ivan Lopes. Estudava nas apostilas que adquiria no curso de Medicina e nos livros que lhe eram emprestados pelos seus colegas. Com essa luta, essas dificuldades e esse sacrifício, Ceci Cunha diplomou-se em Medicina e tinha como especialidade a Obstetrícia. Recebeu vários convites para permanecer na capital do Estado. Recusou todos eles, porque o seu desejo era retornar ao seio das comunidades a que pertencia no agreste alagoano, à cidade em que nasceu, para prestar seus serviços médicos ao seu povo, a seus irmãos.

Assim, Ceci Cunha voltou para a cidade de Arapiraca, segundo mais importante Município do Estado de Alagoas em termos econômicos, populacionais e eleitorais. Lá, estabeleceu-se com um consultório médico, onde passou a prestar os seus serviços profissionais a algumas unidades de saúde. No seu consultório, nos hospitais ou na Medicina itinerante que praticava, percorrendo os bairros da periferia das cidades pobres da região do agreste e visitando os sítios da região, Ceci Cunha atendia a quem podia pagar pelo seu trabalho, mas atendia sobretudo, Sr. Presidente, a quem não podia dispor de um centavo para pagar honorários médicos. Milhares de crianças nasceram pelas suas mãos hábeis de obstetra, em função caráter de verdadeiro sacerdócio que Ceci Cunha ofereceu à sua profissão.

Com esses serviços prestados sobretudo às camadas mais pobres da sociedade daquela região, Ceci Cunha obteve a estima, a admiração, o respeito e a gratidão dos seus pares. Foi por isso que se elegeu, por duas vezes, vereadora da Câmara Municipal de Arapiraca, dali partindo para ser eleita deputada federal. Nas últimas eleições, como aqui bem registrou o Senador Teotônio Vilela Filho, recebeu o dobro de votos que recebera na sua primeira candidatura à Câmara Federal.

Pois bem, Sr. Presidente, no dia 16 de dezembro do ano passado, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas realizou sessão solene para registro dos candidatos eleitos no Estado em 03 de outubro. Ceci Cunha foi escolhida como oradora e fez um pronunciamento que a imprensa alagoana classificou de "discurso da paz". Nele, fez uma conclamação ao desarmamento dos espíritos, ao restabelecimento da paz pública no Estado de Alagoas e ao princípio salutar do entendimento, da conversa, para a solução dos impasses políticos do Estado. Fez um apelo à concordia no seio da sociedade alagoana. Isso ocorreu às 17h.

Por volta de 20h, após a solenidade, ela se deslocou para visitar uma irmã que residia no bairro da Gruta de Lourdes, em Maceió. Viajou na sua ca-

mioneta, em companhia do marido, que era seu motorista. Lá, reuniu-se com o marido, com o marido e a sogra da irmã, numa visita familiar de cordialidade, de fraternidade, sobretudo nesse clima que nos propicia a época de Natal.

Em determinado momento, na sala da modesta casa onde se encontravam reunidos, penetraram alguns indivíduos. Um deles, dedo em riste, apontou: "A Deputada Ceci é esta!". E outro, que vinha na sua retaguarda, desfechou a carga de espingarda 12 sobre a carótida de Ceci Cunha, quase que decepando a cabeça da nossa pranteada deputada. A fuzilaria continuou e ceifou a vida das outras três pessoas que se encontravam na sala.

A irmã de Ceci, que tem um filho de apenas seis meses, fugiu à morte porque antes da fuzilaria, Sr. Presidente, a criança chorou e ela foi ao quarto contíguo à sala amamentar o seu filhinho. Eu não tenho dúvida de que se fizesse essa amamentação naquele recinto onde se encontrava Ceci Cunha, ela e a criancinha de seis meses teriam sido também trucidadas pelos criminosos. Não tenho dúvida de que a ordem, naquele instante, era a de matar quantas pessoas estivessem em volta de Ceci Cunha, para não restasse testemunhas.

O crime, Sr. Presidente, causou verdadeira comoção nacional, mas revoltou, de modo especial, a sociedade alagoana. Sou um veterano político de Alagoas. Tenho mais de quarenta anos de vida pública no meu Estado. Posso declarar a V. Ex^a e ao Plenário que sou um homem altivo, de coragem cívica, mas abomino a violência. Jamais o meu nome foi envolvido em qualquer ocorrência violenta no Estado. Participo de todas as decisões importantes da vida pública do Estado de Alagoas. Nunca fiz aliança com criminosos. Para mim, lugar de criminosos é atrás das grades, na cadeia.

O Congresso Nacional não é lugar para pistoleiros, para mandantes, para traficantes de drogas, para desonestos. O Congresso Nacional é o lugar próprio para os homens públicos. A expressão homem público já define o seu sentido: homem público é o homem que serve à sociedade, ao País, é o homem que orienta as suas ações de acordo com os interesses da sociedade.

Sr. Presidente, é com indignação que faço o registro do assassinato de Ceci Cunha. E quase me coloquei no lugar de um cinegrafista ou de um fotógrafo, porque expus a Casa, a maneira fria, calculada, perversa, monstruosa como foi executado esse crime que tanto indignou o País e Alagoas.

Não tenho dúvida da inspiração política do crime, porque Ceci Cunha, Sr. Presidente, sacerdotisa

da medicina, uma mulher de trato amorável, uma criatura simples, cordial, não possuía inimigos pessoais, nem exercia atividade política usando de meios violentos. A pergunta é: quem se servirá ou quem pretendia servir-se do assassinato de Ceci Cunha? As investigações policiais no Estado já estão em fase de conclusão e apontam para um caminho, para uma autoria. E eu, que conheço os homens e as coisas de Alagoas, estou consciente de que o trabalho da Polícia Federal e da Polícia Civil do Estado realmente se orienta para o caminho certo.

Espero que esse crime não fique impune, porque ele desonra Alagoas, desonra os alagoanos, atenta contra o Congresso Nacional, desafia o Poder Executivo e zomba do Poder Judiciário. É preciso dar-se um basta ao crime, à violência e à impunidade no Estado de Alagoas. Cobro essa atitude com toda autoridade moral, Sr. Presidente, porque essa tem sido a tônica do meu discurso ao longo de mais de quarenta anos de vida pública. Faço essa condenação veemente ao assassinato de Ceci Cunha e rogo às autoridades e até a Deus para que os seus assassinos não fiquem impunes. Retorno, Sr. Presidente, ao meu discurso original.

Não aceito, Sr. Presidente, que se puna e se culpe a sociedade de Alagoas. Porque, se por um assassinato tão cruel quanto esse, por uma chacina tão brutal como essa, se colocasse a culpa no Estado de Alagoas, eu estaria aqui muito à vontade para colocar a culpa no povo de São Paulo pela chacina do Carandiru; estaria aqui muito à vontade para colocar a culpa no povo paraense pela chacina, no norte do Estado, dos trabalhadores sem-terra, ou colocar a culpa no grande povo gaúcho pela ação do "anjo negro" – Gregório Fortunato -, guarda-costa de um dos maiores estadistas que este País já teve, o gaúcho Getúlio Vargas. Estaria aqui, Sr. Presidente, colocando a culpa no cordial povo carioca, do Rio de Janeiro, pela chacina de Vigário Geral. Mas não se pode confundir. É para isso que chamo a atenção da sociedade brasileira. Não se pode confundir a ação criminosa de marginais com uma sociedade que, ao invés de apoiar essa prática, condena essa prática.

Alagoas é ciosa das suas tradições culturais, das suas tradições humanitárias, das suas tradições políticas e não concorda, Sr. Presidente, com essa ação maléfica de meia dúzia de pistoleiros violentos que entram em conluio para sempre sempre manchar o nome do Estado do povo de Alagoas e levar esse nome para as manchetes escandalosas do Brasil.

Alagoas, Sr. Presidente, tanto quanto o restante da Nação brasileira, está indignada com a morte

de Ceci Cunha, com o trucidamento bárbaro de Ceci Cunha, e quer que se apure o mais exemplarmente possível as causas desse crime. Que se apontem os culpados – mandantes e mandados –, que sejam entregues ao julgamento competente do Poder Judiciário. E, se for o caso de ter sido um Deputado o mandante desse crime, que a Câmara dos Deputados também cumpra o seu dever cívico de cassar esse mandato, para depois esse indivíduo ser entregue ao julgamento competente do Poder Judiciário brasileiro.

Quero, por fim, Sr. Presidente, dizer que o sacrifício de Ceci Cunha certamente não será em vão. Desse episódio, tenho certeza, há de resultar um vigoroso movimento, um revigoramento de um movimento cívico em Alagoas, para extirpar o crime, a violência e a impunidade em nosso Estado, a fim de que a nossa sociedade possa viver dentro de um clima de segurança, de paz e de tranqüilidade; para que possa o Estado das Alagoas retomar o seu conceito de terra, para citar apenas um nome que honra todos os demais, da terra do grande, do maior Parlamentar que o Brasil conheceu: Tavares Bastos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levi Dias) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para uma comunicação inadiável, porque sei que estamos no limite máximo de funcionamento desta sessão. Portanto, não ocuparei a tribuna por muito tempo, senão por alguns poucos minutos.

Sou daqueles que entendem que não há democracia sem a presença de uma Oposição forte. A Oposição precisa existir para que a democracia exista. Uma é condição da outra, mas a Oposição não precisa ser sempre injusta. Ela até, em alguns momentos, contribui com as suas verdades, e algumas injustiças são toleráveis. Em outros, não.

Ouvi, ainda há pouco, o Senador José Eduardo Dutra, que é destinatário da nossa admiração, do nosso respeito e da nossa amizade. S. Ex^a condenava os membros da Comissão de Assuntos Econômicos, mas sobretudo do PFL, o meu Partido, em nome do qual aqui estou para defender, dizendo que os membros da Comissão, pela maioria, não compareceram à reunião para não votar o requerimento de convocação ou de convite ao eminente Governador de Minas Gerais.

Sr. Presidente, naquele mesmo instante deveria reunir-se uma comissão que é tão importante ou mais

do que a Comissão de Assuntos Econômicos, que é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a qual também não se reuniu por falta de **quorum**. A Comissão de Assuntos Sociais, com tantos assuntos importantes na área social, do povo, por igual não conseguiu se reunir sem que houvesse nenhum movimento de Liderança nesse sentido. E não se reuniu por quê, Sr. Presidente? Porque os Senadores não se encontram em Brasília? Não. Temos 80 Senadores aqui em Brasília, o que é um recorde. Dentre os 81 Senadores, o Senado dispõe hoje de 80 Senadores presentes na capital e no prédio do Senado Federal. É que se realizava, no mesmo momento, uma sessão no Plenário do Senado, e o Regimento estabelece que, quando há sessão no Plenário do Senado, as Comissões não podem se reunir. Não houve, portanto, um movimento deliberado no sentido de impedir que membros do PFL, do PMDB ou do PSDB comparecessem à sessão da Comissão de Assuntos Econômicos. Ainda assim, o Presidente Antônio Carlos Magalhães esperou por mais de 23 minutos -e declarou isso da augusta Presidência do Senado- que os Senadores que se encontravam na Comissão de Assuntos Econômicos viessem ao Plenário do Senado para iniciar a votação. Essa é a razão.

Sei que o Senador José Eduardo Dutra deseja um debate mais aprofundado sobre a questão posta pelo Governador Itamar Franco, que nós todos admiramos. S. Ex^a foi membro desta Casa, foi Senador como nós. Como disse o Senador José Eduardo Dutra, foi Presidente da Comissão, foi Presidente da República; S. Ex^a conhece as responsabilidades de um Presidente da República, mais até do que as de um Senador da República. O que o Governador tem a dizer já o disse tantas vezes pela imprensa, exaustivamente. Não imagino que S. Ex^a tenha mais alguma novidade a dizer a esta Casa e à Comissão de Assuntos Econômicos, além do que já disse. Mas, se o que a Comissão deseja é debater o problema econômico, como também alude o Senador José Eduardo Dutra, nada a impede de fazê-lo sem a presença do Governador Itamar Franco ou de outros governadores. Os governadores se reuniram em São Luís, no Maranhão, e emitiram uma Carta de São Luís sobre o assunto que estamos vivendo no momento: a dificuldade econômica que nós todos temos -não apenas os membros do PFL, do PMDB, do PSDB e de partidos que apóiam o Governo- e o dever de contribuir para superá-la. Vamos vencê-las, estamos a vencê-las, apesar de alguns que parecem pretender que essas dificuldades prossigam, para que tenham caldo de cultura em torno do qual possam falar a todo momento.

Estou, portanto, Sr. Presidente, falando em defesa do meu Partido, que não se furta ao debate

com nenhum parlamentar, com nenhum governador, quando necessário.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Concederia, se o Presidente permitisse, mas recebi a palavra para uma comunicação inadiável e, pelo Regimento Interno, infelizmente, não posso conceder apartes.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Senador Edison Lobão, lembro a V. Ex^a que, apesar de o tempo estar bastante curto, o Senador José Eduardo Dutra foi citado no pronunciamento de V. Ex^a. Portanto, pode ser concedido o aparte a S. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço, com prazer, o Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a disse que destaquei a questão do PFL, mas, na verdade, fiz um relato do número de Senadores por cada partido da base governista. Se destaquei o PFL, primeiro, é porque tenho admiração pelo Partido, porque tem capacidade de mobilização e de unidade de sua base parlamentar semelhante à do meu partido, o PT, naturalmente com visões políticas diametralmente opostas. Da mesma forma que o PFL teve a capacidade de mobilizar todos os seus membros da Comissão quando, por exemplo, da votação do empréstimo para o Paraná, para o Governador Jayme Lerner que havia recém entrado no partido, hoje teve a capacidade de não ter nenhum membro da sua bancada na Comissão de Assuntos Econômicos. O argumento que V. Ex^a utiliza da presença quase unânime da composição do Senado apenas agrava o caráter injustificável de não ter havido **quorum** nessa Comissão. Temos n exemplos -os fatos demonstram isto- em que há sessão do plenário conjuntamente com a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e esta dá **quorum**, até porque o Regimento impede a realização concomitante, a partir do momento em que o Plenário do Senado entra na Ordem do Dia. O próprio Presidente da Casa informou -e V. Ex^a também registrou- que o Presidente adiou o início da Ordem do Dia em mais de 20 minutos para possibilitar que houvesse o **quorum** na Comissão. Não aconteceu. Pode ser uma simples coincidência, mas, particularmente, não acredito em coincidências tão grandes. V. Ex^a poderá me desmentir, na prática, a partir da próxima reunião. O requerimento continuará na pauta da Comissão, na próxima reunião debateremos o assunto, e, com certeza, o PFL, que quer debater o assunto, votará a favor do requerimento, quando houver **quorum** na Comissão. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que não é exatamente contrário ao que estou aqui sustentando, e até homenagem o meu Partido, na medida em que diz que temos uma unidade perfeita, tanto quanto o Partido de V. Ex^a, o que é verdadeiro, ainda que com enfoques diferentes, em alguns momentos, até opostos, como é o caso presente.

Por exemplo, defendemos a posição de que todos temos o dever de contribuir para superar a crise econômica, evitando as maledicências, as notícias deformadas, as desinformações, ao contrário do Partido de V. Ex^a, que prefere, neste momento, acender um pouco mais o debate, e não se sabe aonde vai nos levar o acirramento de um debate em torno de uma questão tão delicada.

Sabemos que no mundo moderno – não era assim no passado – as chamadas bolsas de valores, que de algum modo comandam a economia mundial, são extremamente sensíveis ao fato político, às novidades econômicas e até aos boatos. É do nosso dever de brasileiros – e não apenas do PFL, do PMDB ou do PSDB, mas de todos os brasileiros – contribuir para amainar essa situação de impaciência em que se encontram os agentes econômicos espalhados pelo mundo inteiro.

A mim me dói saber que títulos da dívida brasileira tenham caído tantos por cento por conta de notícias tais ou quais que são divulgadas no Brasil, nem sempre procedentes.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – A mim me dói também, Senador Edison Lobão. Apenas quero registrar, como já o fiz, que a **Folha de S.Paulo** fez uma matéria na segunda-feira, antes, portanto, da moratória de Itamar Franco, demonstrando que os títulos de primeira linha, os chamados global ou REP 27, que foram emitidos pelo Brasil por ocasião da renegociação da dívida, tinham caído mais do que os da Argentina e do México. Um valor de face de 100% já estava em 65%. Isso foi noticiado na **Folha de S.Paulo** em primeira página, na segunda-feira anterior à moratória de Itamar Franco. Parece que o Governo brasileiro está querendo transformar Itamar Franco naquele japonês que deu a descarga na hora em que caiu a bomba de Hiroshima. Ele morreu pensando que foi aquele seu ato que tinha feito a bomba cair sobre Hiroshima.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Por mais inteligente que V. Ex^a seja – e nós sabemos que o é – não vai querer convencer a Nação brasileira que a declaração intempestiva do Governador de Minas quanto a uma moratória não contribuiu seve-

ramente para aumentar as dificuldades que nós estamos vivendo no Brasil.

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Na minha opinião, foi uma gota d'água em cima de um copo que já estava transbordando.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Então, V. Exª confirma...

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Mas já estava transbordando anteriormente, em função da condução da política econômica do Governo.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – V. Exª, então, confirma que o Governador Itamar Franco, agora sim, é responsável pelo despejo do copo. Quer dizer, o copo precisava de uma gota d'água; a gota d'água chegou, que foi o pronunciamento...

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Não, Senador, não modifique as minhas palavras. Eu disse que o copo já estava transbordando. Não foi a gota d'água responsável por isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – A Mesa solicita ao nobre Senador Edison Lobão que conclua sua comunicação, por gentileza.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Vou concluir, Sr. Presidente, pedindo a V. Exª desculpas por ter me alongado tanto em razão dos apartes que tanto ilustram a minha modesta fala.

O meu Partido procura ter a consciência da sua responsabilidade, que, neste momento, é também a de contribuir para que se acalme a situação econômica no mundo e no Brasil, fundamentalmente, basicamente. E temos a consciência, por igual, de que, na medida em que tomamos providências e falamos coisas que não são ligadas às verdades econômicas e sim aos boatos, isso só serve para complicar ainda mais a vida de todos os brasileiros. Não há categorias isoladas sendo prejudicadas neste momento de dificuldade da economia mundial: todas as categorias estão prejudicadas por igual.

É nosso dever, do meu Partido, o PFL, desejar e contribuir para a solução dos nossos problemas. E é o que estamos fazendo.

Hoje vamos votar, Senador José Eduardo Dutra, algumas medidas provisórias da maior importância para o ajuste fiscal. Estou convencido de que o espírito público do Partido de V. Exª, do PT, há de nos ajudar a votar essas medidas, que são todas elas direcionadas a resolver os problemas fiscais e financeiros e a crise econômica por que estamos atravessando.

Como sabemos que a Oposição tem o direito de fazer oposição, mas que tem também o dever de ser patriótica e de contribuir para as soluções, estou

no convencimento e na persuasão absoluta de que vamos ter, pela primeira vez, os votos do PT a favor das medidas provisórias do Governo.

Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SP) – Vamos estar presentes para votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Os Srs. Senadores Júlio Campos, Ernandes Amorim e Odacir Soares enviaram discursos à Mesa, para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidas.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao legislador de mandato nacional cabe buscar a propositura de leis que sirvam a todo o brasileiro, seja ele quem for, esteja ele onde estiver. A lei deve servir a todos, mas respeitar as especificidades de cada um.

Nós, Senadores, temos como obrigação complementar a de zelar pelo equilíbrio e harmonia entre as Unidades da Federação.

Tais tarefas nos fazem debruçar sobre as mais complexas questões relativas à sociedade brasileira e seu futuro.

Todavia, como representantes do povo, não podemos descurar das pequenas questões que dizem respeito ao cotidiano dos cidadãos, já que é nesta vida diária que a cidadania se exerce e é por ela que os nossos compatriotas julgam a correção dos atos que praticamos no Parlamento, pois afetam suas vidas.

Dentro dessa ótica de zelar pelo bem-estar de nossos concidadãos no lufa-lufa diuturno de suas vidas é que apresentei, em 1997, o Projeto de Lei do Senado nº 215, que acrescenta parágrafo ao artigo 463 do Decreto-Lei nº 462, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O projeto é de uma simplicidade franciscana. Em seu artigo 1º estabelece que o citado artigo 463 da CLT passa a ter um parágrafo adicional com a seguinte redação:

"As empresas situadas em perímetro urbano poderão efetuar o pagamento dos salários e da remuneração das férias mediante depósito em conta bancária, aberta para esse fim em nome de cada empregado, em estabelecimento de crédito por este indicado, ou com cheque emitido diretamente pelo empregador em favor do empregado, salvo se analfabeto, hipótese em que o respectivo pagamento somente poderá ser efetuado em dinheiro."

Srªs e Srs. Senadores creio que a proposta carece da necessidade de maiores explicações ou de defesa perante meus Nobres Pares. A clareza do texto fala por si mesma.

Segundo as regras, hoje vigentes, é a empresa que escolhe o banco onde o depósito dos salários é feito. E ela o faz em função de suas conveniências empresariais, escolhendo o banco que mais vantagens lhe oferece. Ao empregado nada é perguntado, nem lhe são oferecidas alternativas que lhe possam ser mais interessantes.

Como todos nós sabemos, contas funcionais ou contas-salário, como são mais conhecidas, são tratadas pelos bancos como uma conta corrente comum. Não estão, pois, isentas de cobrança de taxas bancárias. Ora, ao empregado não é permitido manifestar-se sobre a escolha feita, o que caracteriza uma coação e uma limitação da liberdade individual do cidadão. Ao assalariado só resta a opção de ter duas contas bancárias: a que lhe é imposta pela dupla empresa-banco e a que livremente escolher, em função de seus interesses. Fica, assim, caracterizado um ônus, no mínimo operacional, e quase que certamente financeiro, que recai sobre o empregado, violentando seu direito de autodeterminar-se.

Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos pilares da democracia é a liberdade de escolha dos cidadãos, sem imposições do Estado e sem ferir os direitos dos seus concidadãos. Ora, permitir que o empregado indique o banco onde deseja receber o pagamento a que faz jus, significa confirmar esse direito fundamental de cada cidadão. Elimina-se, assim, o caráter compulsório da conta, extinguindo-se, em consequência, a prática da reserva de mercado, assim caracterizada.

Adicionalmente, este Projeto de Lei propicia ao empregado a liberdade de investir em seu relacionamento com o banco que escolher. É sobejamente conhecida a enorme quantidade de exigências que os bancos brasileiros fazem a seus correntistas. Para que seja possível reduzir custos na gestão de suas contas, os clientes necessitam manter diversificadas aplicações, o que implica que possam escolher um banco que lhes inspire confiança e com cujo pessoal possam relacionar-se satisfatoriamente.

Poder-se-ia argumentar que o assalariado pode obter tudo isso do banco que a empresa escolher. Acho, porém, que esse raciocínio é uma inversão de valores. Significa dizer ao empregado: "eis aqui o seu banco, cabe a você, agora, construir uma boa relação com ele". O correto deve ser o contrário. O empregado dizer à empresa: "eis aqui o banco que melhor me atende, queiram, por favor, depositar nele o meu salário".

Se o banco, onde a empresa costuma depositar os salários, estiver interessado em atrair todos os empregados que, então, lhes ofereça vantagens em

relação aos outros. Não se pode, sequer, levantar o argumento de que o banco terá prejuízos ao ser obrigado a transferir imediatamente os fundos dos assalariados para outros bancos como decorrência da escolha feita por eles. Na verdade os bancos já auferem vultosos lucros com a gestão da massa de salários antes de liberá-la para as contas individuais.

A gestão informatizada e o sistema eletrônico de transferência de recursos vieram simplificar, agilizar e baratear as transferências de fundos interbancários, que hoje são realizadas em tempo real e sem burocracia ou papeladas. Portanto, o argumento de complexidade gerencial não pode ser invocado, já que a gestão de contas é das tarefas mais pequenas de qualquer banco.

Gostaria de enfatizar que os governos Federal, Estaduais e Municipais deverão ser os primeiros a implantarem a sistemática proposta por esta lei, já que são os maiores empregadores coletivos do País e, via de regra, impõem a seus funcionários o uso do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal ou dos bancos estaduais.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, concluo esta minha intervenção exortando-os a aprovarem o Projeto de Lei nº 215, de 1997, tendo em conta os inegáveis méritos que possui.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB - RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desmonte do Estado brasileiro cresce em ritmo assustador.

Como assustador é o desmonte da nossa agricultura, pecuária e da classe trabalhadora. Com tais desmontes, aumentam os índices de desemprego, analfabetismo, violência, prostituição, fome e miséria. A perspectiva da queda de produção e o desemprego são assustadores. Os exércitos de sem-terra e de desempregados se constituem de blocos que crescem aceleradamente. Os demitidos dos setores público e privado, que somam, no momento, cerca de 3,5 milhões, e outro bloco, que são os trabalhadores com idade acima de 40 anos e com baixa escolaridade, provenientes, em sua maioria, da área rural, bem como os jovens que concluem o Segundo Grau e que atingem a faixa de idade para o trabalho.

Agora mesmo, já no ano 2000, virada do século e milênio, o Brasil terá 8,6 milhões de jovens desempregados na faixa etária acima de 16 anos, somados a 6,7 milhões de demitidos. Esses contingentes de desempregados se juntarão aos 37 milhões de trabalhadores da economia informal, que vivem sem emprego fixo, nem salário certo, carteira assinada, sem direito à previdência social na velhice. São

nossos patricios marginalizados. O Brasil poderá ingressar no século XXI com cerca de 50 milhões de trabalhadores desempregados, ou seja, um terço da nossa população ativa, levando-se em conta que a previsão populacional do Brasil para o ano 2001 é de 157 milhões de habitantes e destes, somente 45% serão jovens com menos de 15 anos. São números preocupantes, se essa ditadura dos economistas do governo não for contida e mudado o seu rumo. Com a crescente avalanche de desempregados é necessário que o Presidente Fernando Henrique intervenha na nossa economia, implantando um plano de metas para o desenvolvimento dos nossos setores produtivos, com investimento maciço na agricultura e pecuária, que necessitam de um dinamismo no sentido de ganhar expansão em todas as regiões do nosso País, invertendo o fluxo de migração do homem do campo para as grandes cidades. Sem perder de vista que os bancos oficiais deverão abrir linhas de crédito com taxas de juros reais, civilizadas. E implementar a reforma tributária, trabalhista e previdenciária. É necessário, também, criar legislação mais coerente para a política de importações, para evitar o excesso, a fim de proteger a indústria nacional, como fazem os países mais desenvolvidos. E a política industrial deve voltar-se prioritariamente para as micro, pequenas e médias empresas que absorvem cerca de 90% da mão de obra do nosso país e os investimentos nessas empresas são bem inferiores em relação custo-emprego. Pois recentes estudos têm demonstrado o expressivo aumento em nosso País a relação emprego/investimento, se não vejamos, na década de 70, a relação média era de um novo emprego para cada 65 mil dólares de investimento. Agora, essa relação se distanciou, para cada novo emprego, hoje, há necessidade de se investir 200 mil dólares. Isto significa que o empresário está pensando mais em máquinas e menos no homem. É pouco provável que o Brasil consiga receber dos organismos internacionais um "megapacote" de ajuda financeira que restaure a confiança dos credores e investidores internacionais e que traga de volta, rapidamente, o desenvolvimento. Ainda que a ajuda seja substancial, os cortes no Orçamento e o "pacote interno" aliados à elevada taxa de juros, provavelmente, agravarão a crise econômica, que poderá nos levar para uma grave recessão. Neste sentido, algumas projeções otimistas de crescimento para 1999 apontam para 1%. Considerando que o crescimento vegetativo de nossa população é de 1,4% ao ano, teremos um ano muito difícil pela frente. Tudo indica que os economistas do Governo deverão seguir essa orientação e que dentro dela pou-

co resta a fazer para que, mais uma vez, a população de baixa renda e a classe média, principais vítimas da situação, não venham a ficar com o maior peso do ônus para se sair da crise. Creio que pouco que se pode levar adiante sob a manutenção da subordinação e dependência ao apregoado neoliberalismo e globalização cabe mencionar a ajuda da agricultura. Pois acredito ser possível financiar e subsidiar a agricultura, ainda que sem a desvalorização cambial, invertendo prioridades ou seja, ao invés de incentivar o capital especulativo, bancos em dificuldades, sem muita importância social é elementar que se aplique maiores recursos na agricultura e pecuária. Acionar a agropecuária para os mercados interno e externo traria aumento da demanda no meio rural, o aumento da renda, emprego e salários no campo, animando a indústria para agricultura, a revenda de insumos e implementos agrícolas, numa ponta, e a melhoria agroindustrial à jusante da produção rural. Nada de muito promissor ocorreria mas já seria possível reduzir alguns efeitos da crise, se o Governo estabelecesse preços mínimos adequados, elevasse a armazenagem das safras e, efetivamente, se compromettesse a comprá-las. Não entendo por que isso não vem sendo feito, se é dito que será feito. Segundo o Professor Biondi, em entrevista à **Folha de S. Paulo**, o Governo está racionando o crédito rural para economizar recursos, uma vez que os empréstimos rurais deveriam ser feitos pelos bancos a taxas abaixo de 10% sendo que caberia ao Governo cobrir a diferença com relação as taxas que correm no mercado, que excedem a 40%. Parece que não se está avaliando a extensão do problema econômico brasileiro, ou ainda transparece que nessa hora não se deseja favorecer a expansão de setores mais promissores e que gerem maior renda e bem estar social. Em 1997, o PIB do setor comercial agrícola foi de 282 bilhões de dólares. Neste mesmo ano, a balança comercial total foi deficitária na ordem de 8,45 bilhões de dólares, no entanto, a balança comercial foi superavitária na ordem de 15 bilhões de dólares. Já para o ano que se findou, estimou-se um superávit pouco menor, mas que, certamente, superará a casa dos 14 bilhões de dólares. São valores significativos para a economia brasileira. Mais significativos ainda quando analisamos que 282 bilhões de dólares representam 35% do nosso Produto Interno Bruto (PIB), e que na geração desse valor são empregados 28% da nossa população economicamente ativa. Imaginemos o que seria deste País se as atividades que compõem o setor agrícola e a pecuária fechassem ano após ano com déficit na balança comercial? Por outro lado, é bastante discuti-

vel a remuneração das atividades que compõem o setor primário na cadeia de comercialização dos produtos agropecuários, senão vejamos: 17 bilhões de dólares, ou 6% vão para o antes da porteira, especialmente para a indústria de insumos; 186 bilhões de dólares, representando 66% para o pós porteira, para as atividades de processamento e distribuição; assim, para dentro da porteira somente restaram 79 bilhões, ou seja 28% do PIB do setor. Quando se leva em conta os riscos, especialmente para a atividade agrícola, a rentabilidade, os custos de produção e aí o peso dos custos financeiros, a situação é preocupante e exige, a curto prazo, definições que a cada ano se inicia e que sempre estamos a espera da solução, mas que, infelizmente, para um grande número de produtores rurais, significa a incerteza de continuar na atividade. Com um pouco de atenção e investimento a tendência do crescimento da participação do setor no PIB brasileiro é cristalina; ainda neste ano que se inicia, veremos a carne bovina, formar com o café, suco de laranja, açúcar e soja a gama de produtos que são as vedetes das exportações brasileiras. Os números são expressivos, temos um potencial inicial de exportação de 600 mil toneladas/ano de carne bovina que, vendida a um preço médio de 1.600 dólares, somaria mais de 1 bilhão de reais na nossa balança comercial. Precisamos despertar para a importância do setor para nossa economia, é necessário que o Governo ofereça ao Brasil produtivo soluções dos problemas que afetam o setor, tão antigos e conhecidos, que somente os economistas do Governo não enxergam e que são impeditivos à consolidação de uma posição de maior destaque no cenário nacional e internacional. Ainda recentemente, o eminente Ministro Turra, da Agricultura, afirmava que a agricultura não seria essencialmente prejudicada com o programa de ajuste fiscal anunciado pelo governo – "O fundamental para o setor, em sua opinião, é reduzir os juros, pois isso será mortal para a comercialização". O aumento da Cofins e da CPMF reduz o poder de compra e pode afetar a demanda por alimentos, mas os juros são ainda mais prejudiciais para o setor, concluiu o Ministro da Agricultura. Lembrou ainda que quando foi elaborado o plano de safra, os juros estavam em 19% e agora ultrapassa a barreira dos 30%; disse ainda que, na próxima semana, o Banco Central entregará uma análise sobre o aumento do percentual das exigibilidades destinadas ao crédito rural. O Ministro Turra acredita que teremos um aumento que ampliará os recursos para o setor em 450 milhões de reais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que a crise brasileira está dentro de um furacão

mundial. A crise deveria se chamar, na minha opinião, de reacomodação. O fim do mundo socialista e a crise do capitalismo ainda não concluíram a síntese da moderna dialética econômica mundial. O mundo e o Brasil, em especial, está vivendo uma crise completamente desconhecida na nossa história. Mas de fácil diagnóstico. Os grandes conflitos regionais e mundiais sempre perseguiram expansão territorial, riquezas, alimentos, posições geográficas estratégicas. Neste final de século, a crise mundial foge desse padrão histórico. A produção nunca foi tão grande, graças à tecnologia. E nunca existiu tanto dinheiro disponível e ocioso. Prova disso são os 13 trilhões de dólares que diariamente navegam nos satélites de comunicação, especulando nas bolsas, quebrando economias de países em desenvolvimento e ameaçando os países ricos. É um volume assombroso de dinheiro sem dono em particular e sem pátria, é o dinheiro da crise mundial. É necessário que se adote instrumentos para que o destino desse dinheiro seja o mercado de consumo e de investimentos na geração de empregos, o dinheiro precisa estar a serviço da produção e não da especulação, como neste momento em particular. Precisamos identificar quem são os donos dessa fortuna assombrosa? Dinheiro este que navega por todo o mundo globalizado na velocidade da luz aplicando em busca de um ponto percentual de juros. E fugindo no mesmo instante ao menor sinal de quebra da confiança no país, deixando atrás de si um rastro de falências e economias destroçadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a única maneira de reequilibrar recursos é produção, é abrir novos mercados e ampliar a oportunidade de trabalho e o consumo. Os recursos investidos na produção repõem o mundo em ordem, mas para isso é preciso estabilidade política e econômica em países emergentes, o que é o nosso caso. Esta, na minha opinião, é uma das poucas opções para esses fabulosos investimentos. Preocupa-me quando leio nos jornais que o Brasil é a bola da vez. Precisamos, urgentemente, organizar nossa economia, porque senão o Estado devora qualquer quantia de recursos que cair nas suas malhas, a terrível cultura político-econômica brasileira. Ou alguém tem a ilusão de que os economistas do Governo não comeriam, em alguns meses, uma fortuna como 100 bilhões de dólares, por exemplo, sem aplicá-la na produção? Pois a vocação burocrática brasileira é alucinante e devoradora de dinheiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nessa organização do mundo, o Brasil tem uma posição de destaque, tem um mercado interno e um ambiente para investimentos fantásticos. A questão é que esse reordenamento tem um preço que já foi pago

em outras décadas pelos países do primeiro mundo. Nossa questão neste momento é quebrar a cultura das nossas elites que se dizem pensantes, econômicas e financeiras, que sempre comandaram o Estado a seu favor. Nunca abriram mão de nada. E agora precisarão perder os anéis para conservarem os dedos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos encontrar a fórmula para transformar o dinheiro especulativo em dinheiro produtivo, temos que abrir novos mercados para a produção, e aí eu acho que o Brasil deve entrar, é este o caminho a seguir. O Congresso Nacional tem essa responsabilidade com o nosso povo.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ODACIR SOARES (PTB - RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta fala, quero formalizar minha admiração diante do grandioso evento que assinalou o dia de ontem, elevando-o como um dos dias mais importantes na história da imprensa nacional. Trata-se da inauguração do novo Parque Gráfico dos jornais **O Globo** e **Extra**, no Rio de Janeiro, festa da qual participaram também o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o Senhor Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Senador Antônio Carlos Magalhães.

O acontecimento, repito, constitui-se marco na história da comunicação escrita no Brasil. É um horizonte alcançado na medida em que se materializa como conquista no campo da tecnologia avançada e da instrumentação industrial, visando a maior volume de produção, maior velocidade, melhor qualidade e, por se tratar de imprensa escrita, mais acurada estética de apresentação e de visualidade.

Do ponto de vista produtivo, as novas máquinas proporcionarão um incremento significativo no campo da cobertura de novos segmentos da realidade. Possibilitarão uma superior abrangência das questões relacionadas com essa mesma realidade. Disso tudo, resultará grande crescimento da quantidade das informações que serão colocadas à disposição dos leitores.

Quanto à velocidade, ninguém pode duvidar de sua importância. A velocidade, em nossos dias, universaliza de maneira instantânea a informação, tornando-a mais atual, mais útil, fato concreto para conhecimento e análise imediatos de todos.

Por sua vez, a beleza, a estética da apresentação visual também exerce importante papel. O estético atrai, o bonito aproxima e motiva. Em se tratando de jornal, quanto mais aprimorada a apresentação, quanto mais bem distribuídas e adequadas forem as cores, mais facilitada a comunicação direta com o público-

meta. "Cor também é informação" conforme acertada afirmação de Merval Pereira, Diretor de Jornalismo da Empresa Jornalística Brasileira.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Senhores Senadores, o significado do novo Parque Gráfico do Globo e do Extra não se restringe apenas ao mundo do jornal. Tem significado para o Brasil todo, pois a estrutura construída e operacionalizada traduz uma certeza: a fé na capacidade de realização dos brasileiros e, portanto, a certeza do crescimento do Brasil. Certeza e fé que se comprovam não apenas na magnífica e arrojada concepção das instalações implantadas, mas também na dinâmica aplicada ao sistema Globo ao longo de sua trajetória histórica.

No que toca à história, tem plenitude de mensagem a marcha empreendida desde o ano de 1925, ano em que foi instalada a primeira rotativa do Globo, na velha sede da rua Bittencourt da Silva, contiguamente ao Largo da Carioca. Tratava-se da velha rotativa Marinoni que, depois de uma larga folha de serviços prestada ao exército britânico durante a Primeira Guerra Mundial, teve duas de suas partes compradas pelos proprietários do então "A Nação". Por razões políticas, não puderam ser utilizadas para imprimir "A Nação", abrindo-se o caminho para serem alugadas, secretamente, por Irineu Marinho, então empenhado em dar vida ao seu **O Globo**.

Do ponto de vista histórico, vale lembrar também que O Globo realizou também as primeiras transmissões de imagens em coberturas jornalísticas. Em 1936, foi o primeiro jornal do Brasil a publicar uma radiofoto, a da nadadora brasileira Piedade Coutinho que chegava ao final dos Jogos Olímpicos de Berlim. Na mesma cadeia de façanhas, foi o primeiro da América Latina a publicar uma radiofoto colorida, em 1959, nessa ocasião, da Rainha da Inglaterra proferindo discurso em Quebec, no Canadá, na inauguração do Canal de São Lourenço. Em 1979, publicou a primeira telefoto colorida transmitida no Brasil, de Recife para o Rio de Janeiro.

Outras realizações importantes poderiam ser lembradas neste pronunciamento para retratar o esforço, a vontade e a capacidade de iniciativa da família Marinho na determinação de colocar o País em posição de vanguarda no campo da comunicação. Convém dizer também que as iniciativas nunca consideraram apenas as máquinas. Sempre se voltaram também para os recursos humanos, os reais motores das realizações. As condições de trabalho, o conforto, a capacitação para conduzir cada nova etapa sempre caminharam ao lado da preocupação com o agiamento tecnológico.

Quero, no entanto, deter-me com mais detalhes sobre as características estruturais, técnicas e de funcionalidade do novo Parque Gráfico.

Em termos materiais, a edificação é a maior do gênero na América Latina. Para sua efetivação, foram aplicados métodos e materiais avançados quanto à engenharia, o que hoje assegura o funcionamento da plena capacidade dos equipamentos de ponta da indústria gráfica e da comunicação à distância.

Alguns dados exprimem com exatidão material as dimensões físicas do empreendimento: ocupa um terreno de 175 mil metros quadrados, dos quais 67 mil metros se referem à área construída. O prédio das rotativas tem 255 metros de extensão; 26 mil metros quadrados são ocupados pelo prédio principal, cuja cobertura é sustentada por 22 colunas. Durante os trabalhos, foram envolvidos 16 mil trabalhadores; gastaram-se 150 milhões de dólares, o menor custo possível, de acordo com o Diretor Financeiro e Coordenador – Geral das Obras do Parque, Arthur de Almeida, considerando a magnitude de uma construção, imponente, arrojada, funcional, completa, inclusive no sentido do atendimento às necessidades dos funcionários, e toda de concreto aparente.

Os equipamentos hidráulicos têm condições de processar 160 milhões de litros de água diariamente. De acordo com o previsto, as rotativas consumirão mensalmente 10 mil e 500 toneladas de papel, 80 toneladas de tinta preta e 52 de tinta colorida. Como resultado, as páginas coloridas do jornal terão um aumento de 200%. Importante assinalar também que todo o complexo trabalho de impressão do jornal será controlado e comandado automaticamente, com extraordinário ganho em termos de eficiência e qualidade.

Todos os funcionários encarregados de operacionalizar o sistema industrial foram alvo de treinamento para se adaptarem às novas exigências do trabalho. O treinamento exigiu, inclusive, estágio no exterior, na fábrica das rotativas, a Man Roland, na Alemanha.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho certeza de que a data de ontem deverá ser lembrada como um fato marcante do final do século XX e começo do terceiro milênio. A inauguração do Parque Gráfico Globo/Extra é uma obra que ultrapassa grandemente a pura materialidade do evento. Vai além do próprio setor da comunicação, porque traduz uma realidade maior, a realidade do complexo e provocante mundo da capacidade humana de prever, conceber, planejar, decidir e efetivar.

Nesse sentido, o Brasil deve curvar-se em gesto de reconhecimento ao família Marinho. Peço vê-

nia para lembrar o dia 6 de agosto de 1985, data em que o Senado Federal, por solicitação deste Senador, em sessão especial, homenageou os 60 anos de **O Globo**. Na ocasião, em discurso de homenagem às Organizações Globo, afirmei que naquele momento estávamos "realçando para os homens deste País exemplos dignificantes de interesses pelos sentimentos mais arraigados da nacionalidade, de comportamento humano, de padrão moral – que se encontram emoldurados pelo grande conglomerado que é, hoje, **O Globo**, o Sistema Globo de Rádio, a Rede Globo de Televisão, a Fundação Roberto Marinho".

Reitero essas afirmações neste momento, 14 anos depois, na oportunidade de mais esse arrojo de iniciativa e competência concretizado na obra que ontem se inaugurou. Nada mais justo do que reunir na pessoa de Roberto Marinho, filho de Francisca e de Irineu Marinho, as nossas manifestações de respeito, de admiração, de carinho, de confiança, pela capacidade que possui de empreender e de querer bem ao Brasil. É toda uma família de empreendedores que não se cansa de inovar, privilegiada que foi com uma capacidade inesgotável de iniciativa.

Termino esta fala, Sr. Presidente, retomando um pensamento do Dr. Roberto Marinho, que, na minha opinião, traduz sua capacidade de ver sempre novos e diferentes horizontes e se projeta igualmente uma provocação para o otimismo e a realização:

"Os problemas ecológicos, a escalada armamentista, os atos de terrorismo, a crise de energia, os desequilíbrios monetários e comerciais, constituindo ameaças à tranquilidade e à paz, mas também o progresso dos sistemas de transporte e de telecomunicação, aproximando cada vez mais o povo, estão a impor a implantação de uma nova ordem, não apenas econômica, mas jurídica, de âmbito universal. Porém, não numa aldeia global, com a absorção das nacionalidades. Tudo indica que a partir do momento em que a Humanidade consiga se estruturar em uma nova forma de estado, as nações também deverão adquirir direitos próprios e inalienáveis."

Fiz questão de recuperar esse pensamento por reflete visão não apenas da problemática social, política e econômica, mas a necessidade de preceder os acontecimentos, para canalizar forças e encaminhar soluções para o progresso e o bem-estar das sociedades. É nesse contexto que se enquadra o evento de ontem, resultado do domínio do presente com os olhos voltados para o futuro.

Era o que tinha a dizer!

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os tra-

balhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 5 minutos.)

(OS 10284/99)

ORDEM DO DIA

Item único

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 1998

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Elcio Alvares, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Está encerrada a sessão.

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

13-1-99

Quarta-feira

- 11h – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
- 14h30 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional
- 15h – Missa em homenagem à ex-Deputada Ceci Cunha
Salão Negro do Congresso Nacional

ATOS DO DIRETOR-GERAL

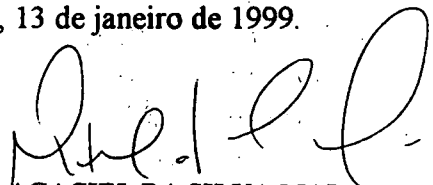
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 68, DE 1999

Publique-se em 13/01/99
Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000081/99-0,

RESOLVE dispensar o servidor DERMEVAL DE MELO R. FILHO, matrícula 4419, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Segunda Secretaria, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Carlos Patrocínio, com efeitos financeiros a partir de 05 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 13/01/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci


P/Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 69, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000119/99-7,

RESOLVE dispensar o servidor PEDRO DOS ANJOS AMARAL SOARES, matrícula 1302, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 05 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1999.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

Publique-se em 13/01/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cebucci

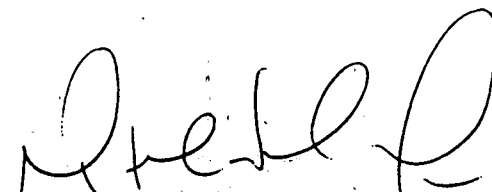
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 70, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000260/99-1,

RESOLVE dispensar o servidor **PAULO HENRIQUE FERREIRA NUNES**, matrícula 5153, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia; da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Edições Técnicas, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Gerson Camata, com efeitos financeiros a partir de 06 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 13/21/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cebucci


P/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 71, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000022/99-3,

RESOLVE dispensar a servidora **SILVIA MARIA BONAMIGO PICCOLI**, matrícula 3243, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 04 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 13/01/99

Alvaro Mantovani

José Paulo Botelho Cobucci

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 72, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000340/99-5,

RESOLVE dispensar a servidora **HANAKO IZUKA**, matrícula 3454, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Liderança do PDT, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 07 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 13.01.99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

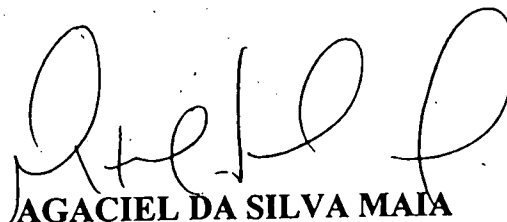
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 73, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000177/99-7,

RESOLVE dispensar o servidor **GERALDO GOMES DE FARIA**, matrícula 2691, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Serviços Gerais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 05 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1999.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

Publique-se em 13/01/99

Alvaro Martins
José Paulo Botelho Cebucci

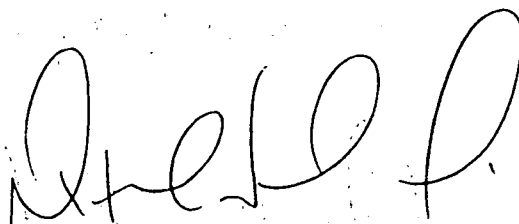
P/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 74, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000175/99-4,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO CARLOS ENES PATRÃO, matrícula 2690, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Serviços Gerais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 05 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 13/01/99

Alvaro Martins

José Paulo Botelho Cobucci

P/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 75, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 016889/98-3,

RESOLVE designar o servidor SYLVIO PETRUS JÚNIOR, matrícula 4096, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Carlos Patrocínio, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1999.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

Publique-se em 13/01/99

José Paulo Botelho Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 76, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **DOMINGOS DE SOUZA SANTOS**, matrícula **3960**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA**, Símbolo **FC04**, de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **04 de janeiro de 1999**.

Brasília, 13 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 13/01/99

José Paulo Botelho Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 77, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997,

R E S O L V E :

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

MULTITYPES INFORMÁTICA E PRÉ-PRESS LTDA - Contrato de aquisição e instalação de um sistema de processamento de imagens, composto por uma fotocompositora a laser- (Processo nº 774/98-7) - Titular: **GERMANO TENÓRIO LOPES**, matrícula **3511**; Substituto: **WESLEY GONÇALVES DE BRITO**, matrícula **3499**.

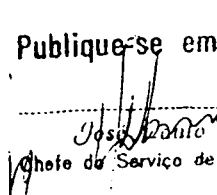
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 13 de  de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 13/01/1999


Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 78, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

UEDEMA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - Contrato de aquisição e fornecimento de leite tipo "C" - (Processo nº 1677/98-5) - Titular: **JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO FILHO**, matrícula **2247**; Substituto: **JOSÉ CARLOS AURELIANO**, matrícula **2487**.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 13 de  de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 13/01/99

José Paulo Barcelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 79, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 014.291/98-3

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, a servidora **VERA LÚCIA BATISTA SILVA**, Técnico Legislativo, Área 3, Especialidade Administração, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, com as vantagens previstas na Resolução SF nº 74, de 1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em

13 de

Janeiro de 1999


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares (4)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge (3)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira (5)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Eptacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucidio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 27.10.98)

- (1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
- (2) Falecido, em 23.10.98
- (3) Renúncia, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Pará
- (4) Posse como Ministro Extraordinário da Defesa
- (5) Renúncia, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
EDISON LOBÃO	MA - 2311/12	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-MOREIRA MENDES	RO-2231/37
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141
JÓAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 1247/1447	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/02
		- PSB	
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
VAGO		1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO- 2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT- 1247/1447	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
RAFAEL CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-VAGO	
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

VAGO		1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
---------------	--------------	-----------------	-------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 07/01/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	

PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-PEDRO SIMON	RS-3230/31

PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO		2-SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/82
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52

BLOCO DE OPÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB		
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- MOREIRA MENDES	RO-2231/37

PMDB

JOSÉ SARNEY (1)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
---------------------------	-------------------	--------------------	---------------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
----------------------	--------------------	------------------------	-------------------

(1) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIAO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (3)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	
PSDB			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**(Resolução nº 46, de 1993)****PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA****VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)****TITULARES****SUPLENTES****PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-1247/1447	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40		
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201		

PSDB

REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	1-RICARDO SANTOS	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
--------------------	------------	-------------------	------------

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219
---------------	--------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

		PFL	
JÚLIO CAMPOS	MT-1247	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
		PMDB	
JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
		PSDB	
VAGO		2 - VAGO	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)			
EDUARDO SUPPLY-PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
ERNADES AMORIM	RO-2251/55		

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 04/01/99

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

SENADORES
PMDB

JOSÉ FOGAÇA

1 - PEDRO SIMON

CASILDO MALDANER

2 - ROBERTO REQUIÃO

PFL

DJALMA BESSA

1 - JOEL DE HOLLANDA

2 - JÚLIO CAMPOS

PSDB

LÚDIO COELHO

PPB

LEVY DIAS

PTB

JOSÉ EDUARDO

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)

GERALDO CÂNDIDO

1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES

SUPLENTEs

DEPUTADOS

PFL/PTB

PAULO BORNHAUSEN

VALDOMIRO MEGER

JOSÉ CARLOS ALELUIA

BENITO GAMA

PMDB

EDISON ANDRINO

CONFÚCIO MOURA

GERMANO RIGOTTO

ROBSON TUMA

PSDB

FRANCO MONTORO

NELSON MARCHEZAN

CELso RUSSOMANO

RENATO JONHSSON

PPB

JÚLIO REDECKER

PT/PDT/PC do B

MIGUEL ROSSETTO

LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8 (código 02000202902002-1), ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS